



CÓD: OP-019JH-22
7908403524013

DIREITO CONSTITUCIONAL

PRATICANDO

Gabaritando - 550 Questões Gabaritadas

ÍNDICE

1. Organização Político-Administrativa do Estado	05
2. Administração Pública – Disposições Gerais e Servidores Públicos	13
3. Teoria da Constituição	21
4. Princípios Fundamentais da República	13
5. Teoria dos Direitos Fundamentais	29
6. Direitos Individuais	35
7. Direitos Sociais	43
8. Direitos da Nacionalidade	59
9. Direitos Políticos	67
10. Partidos Políticos.	75
11. Organização dos Poderes	83
12. Poder Legislativo.	91
13. Poder Executivo	97
14. Poder Judiciário.	105
15. Processo Legislativo	119
16. Funções Essenciais à Justiça.	119
17. Controle de Constitucionalidade	127
18. Defesa do Estado e das Instituições Democráticas	135
19. Ordem Econômica e Financeira.	141
20. Ordem Social	149

ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DO ESTADO

ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DO ESTADO

1. (FGV - 2022 - SSP-AM - TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR) Após intensa mobilização da sociedade civil organizada, determinado Estado da federação editou a Lei nº XX, prevendo a concessão de subsídios financeiros às famílias que acolhessem, sob a forma de guarda, crianças e adolescentes órfãos ou que se encontrassem abandonados.

À luz dessa narrativa, é correto afirmar que Lei estadual nº XX é

(A) inconstitucional, pois compete privativamente à União legislar sobre a matéria, mas é admitida, sob o prisma material, a concessão de subsídios na forma indicada.

(B) inconstitucional, pois compete privativamente à União legislar sobre a matéria, além de não ser admitida, sob o prisma material, a concessão de subsídios na forma indicada.

(C) constitucional, pois também compete ao Estado legislar sobre a matéria, desde que observadas as normas gerais da União, sendo possível a concessão de subsídios na forma indicada.

(D) inconstitucional, pois, apesar de competir concorrentemente à União e aos Estados legislar sobre a matéria, é vedado o direcionamento de recursos públicos para a finalidade indicada.

(E) constitucional, pois compete privativamente ao Estado legislar sobre as hipóteses de estímulo ao acolhimento, mediante guarda, de crianças e adolescentes nas situações indicadas.

2. (FGV - 2022 - SSP-AM - TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR) Pedro, Deputado Estadual, consultou sua assessoria a respeito da constitucionalidade formal de um projeto de lei que pretendia apresentar. Após analisá-lo, a assessoria constatou que o projeto incursionava em matéria de competência legislativa privativa da União, concluindo corretamente que

(A) é peremptoriamente vedado ao Estado legislar sobre a matéria, o que significa dizer que nem a União pode autorizá-lo.

(B) o Estado somente pode legislar sobre a temática caso a lei ordinária da União, que a discipline, o autorize de maneira expressa.

(C) é vedado ao Estado legislar sobre a matéria, mas a União pode autorizá-lo, por meio de lei complementar, em questões específicas.

(D) o Estado pode apenas complementar as normas

editadas pela União no exercício dessa competência, as quais sempre terão preeminência.

(E) o Estado pode legislar sobre a matéria apenas naquilo que diga respeito a interesse unicamente local, contextualizado apenas em seu território.

3. (FGV - 2022 - SSP-AM - TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR) A Constituição do Estado Alfa, com o objetivo de uniformizar e aumentar a eficiência das estruturas orgânicas dos Municípios situados em seu território, estabeleceu regras, baseadas na densidade demográfica e na arrecadação, para a criação de secretarias municipais, sendo cogente a observância dos quantitativos máximos e mínimos ali fixados.

Ao tomar conhecimento dessas regras, o Prefeito do Município Alfa consultou sua assessoria a respeito da compatibilidade com a Constituição da República.

A assessoria respondeu corretamente que as referidas regras são

(A) constitucionais, pois, na federação brasileira, as normas dos entes federados de ordem superior vinculam os de ordem inferior.

(B) constitucionais, pois os Municípios estão vinculados às normas da Constituição Estadual por força do princípio da simetria.

(C) constitucionais, pois o princípio da eficiência está previsto na Constituição da República, devendo ser observado por todos os entes federativos.

(D) inconstitucionais, pois, ao disporem sobre a organização administrativa dos Municípios, afrontaram a autonomia política desses entes.

(E) inconstitucionais, pois a Constituição Estadual não pode veicular nenhuma norma a ser aplicada pelos Municípios, entes autônomos em relação ao Estado.

4. (FGV - 2022 - PC-AM - DELEGADO DE POLÍCIA - EDITAL Nº 01) A Lei nº XX do Estado Alfa, com o objetivo de aumentar a eficiência da atuação administrativa, disciplinou a atividade de despachante perante os órgãos públicos, tanto do Estado como dos Municípios situados em seu território.

Considerando os balizamentos estabelecidos, que se estendem dos requisitos de escolaridade e habilitação a serem preenchidos até a forma como os atos deveriam ser praticados, houve grande insatisfação de parte da categoria.

Instado a se pronunciar, um advogado respondeu corretamente que a Lei nº XX é

(A) inconstitucional, pois compete privativamente à União legislar sobre a matéria.

(B) inconstitucional, já que a matéria deveria ser disciplinada em lei complementar, não em lei ordinária.

(C) inconstitucional, mas apenas na parte em que estende a disciplina aos Municípios, por afrontar a sua autonomia política.

(D) constitucional, pois se trata de mera projeção da atividade administrativa, estando absorvida pela competência dos Estados.

(E) constitucional, desde que os requisitos estabelecidos não afrontem a proporcionalidade, terminando por impedir o próprio exercício profissional.

5. (FAURGS - 2022 - SES-RS - SOCIÓLOGO - EDITAL Nº 15) Considere as afirmações abaixo segundo a Constituição da República Federativa do Brasil.

I - Compete exclusiva e isoladamente à União explorar e executar de forma direta os serviços e instalações de energia elétrica e o aproveitamento energético dos cursos de água.

II - É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência.

III - É competência comum da União e dos Estados, mediante regime de concessão recíproca aprovado por lei das duas Casas Legislativas, a pesquisa e a lavra de derivados de minérios nucleares.

IV - Compete privativamente à União legislar sobre seguridade social.

Quais estão corretas?

(A) Apenas I, II e III.

(B) Apenas II e IV.

(C) Apenas II e III.

(D) Apenas I e III.

(E) Apenas III e IV.

6. (FGV - 2022 - TCU - AUDITOR FEDERAL DE CONTROLE EXTERNO) Um grupo de deputados estaduais apresentou projeto de lei à Assembleia Legislativa do Estado Alfa, criando o programa orientador de evolução do conhecimento, a ser desenvolvido no âmbito das escolas públicas estaduais, consistente na distribuição de material didático. O projeto veio a ser aprovado pela Casa Legislativa e, ao final, sancionado pelo governador do Estado, daí resultando a promulgação da Lei nº XX. À luz da sistemática constitucional, a Lei nº XX é formalmente:

(A) inconstitucional, pois compete privativamente à União legislar sobre a matéria;

(B) inconstitucional, pois o programa gera aumento de despesa, o que atrai a iniciativa privativa do governador do Estado;

(C) constitucional, pois, apesar de a matéria ser de iniciativa privativa do governador do Estado, a sanção supriu o vício;

(D) constitucional, pois, apesar de o programa gerar aumento de despesa, não incursiona na estrutura de órgãos do Poder Executivo;

(E) constitucional, se houve delegação expressa da União, o que decorre da competência desse ente para legislar sobre a matéria

7. (CESPE / CEBRASPE - 2022 - DPE-TO - DEFENSOR PÚBLICO SUBSTITUTO) Tendo como referência as disposições constitucionais referentes às competências legislativas em matéria agrária, assinale a opção correta.

(A) Compete ao município editar lei que disponha sobre a proibição do uso de aviação agrícola no território municipal.

(B) É de competência privativa da União legislar sobre direito agrário.

(C) Compete aos estados e aos municípios criar regras de zoneamentos e proibições de culturas agrícolas ou práticas de pecuária.

(D) É de competência concorrente dos estados e dos municípios legislar sobre atividade pecuária, na ausência de disposições editadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

(E) É de competência dos estados legislar sobre normas gerais de direito agrário, para atender a suas peculiaridades, ainda que exista lei federal sobre normas gerais.

8. (CESPE / CEBRASPE - 2022 - DPE-TO - DEFENSOR PÚBLICO SUBSTITUTO) De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e com os dispositivos da Constituição Federal de 1988, a edição de ato normativo por município para remover a utilização do termo "orientação sexual" no âmbito das instituições da rede municipal de ensino configura ato que

(A) está inserido no rol de competências do município.

(B) invade a competência privativa da União para legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional.

(C) efetiva o princípio da isonomia.

(D) invade a competência do estado para dispor sobre o tema.

(E) preserva o pluralismo de ideias no ensino.

9. (FAURGS-2022-SES-RS-TERAPEUTA OCUPACIONAL - EDITAL Nº 15) Considere as afirmações abaixo segundo a Constituição da República Federativa do Brasil.

I - Compete exclusiva e isoladamente à União explorar e executar de forma direta os serviços e instalações de energia elétrica e o aproveitamento energético dos cursos de água.

II - É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência.

III - É competência comum da União e dos Estados, mediante regime de concessão recíproca aprovado por lei das duas Casas Legislativas, a pesquisa e a lavra de derivados de minérios nucleares.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – DISPOSIÇÕES GERAIS E SERVIDORES PÚBLICOS

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – DISPOSIÇÕES GERAIS E SERVIDORES PÚBLICOS

1.(FGV - PROMOTOR DE JUSTIÇA (MPE GO)/2022/61º CONCURSO)

Débora foi aprovada em concurso público de provas e títulos, mas não logrou êxito, ao ver da Administração Pública, em comprovar o período de exercício da atividade profissional exigido na lei e no edital. A decisão administrativa, apesar de estar bem fundamentada e de apresentar total coerência interna, veio a ser desconstituída em sede judicial, sendo determinada a posse de Débora no respectivo cargo de provimento efetivo. A posse ocorreu três anos após a de cinco candidatos com colocação imediatamente posterior à de Débora, os quais já tinham ascendido à classe imediatamente superior da respectiva carreira.

À luz dessa narrativa, Débora:

- (A) terá direito à indenização e às promoções ou progressões que a alcançariam caso tivesse sido nomeada em momento anterior, antes dos cinco candidatos referidos;
- (B) fará jus apenas à indenização, ainda que não tenha sido reconhecida qualquer arbitrariedade da Administração Pública, por não ter sido investida em momento anterior;
- (C) não fará jus à indenização e não terá direito às promoções ou progressões que a alcançariam caso tivesse sido nomeada em momento anterior, antes dos cinco candidatos referidos;
- (D) terá direito apenas às promoções ou progressões que a alcançariam caso tivesse sido nomeada no momento devido, o que deveria ter ocorrido antes dos cinco candidatos referidos;
- (E) deve ser indenizada, beneficiada pelas promoções ou progressões que a alcançariam caso tivesse sido nomeada em momento anterior, além de ocupar a classificação original.

2.(FGV - INVESTIGADOR POLICIAL (PC RJ)/2022)

O prefeito do Município Beta, sensível com a situação de Joana, pessoa extremamente competente e confiável, com elevado poder de liderança e que se encontrava desempregada, decidiu aproveitá-la em sua gestão.

Para tanto, solicitou que sua assessoria lhe indicasse como isso poderia ser feito, sendo-lhe respondido, corretamente, que Joana poderia ser nomeada:

- (A) para cargo de provimento efetivo, cargo em comissão ou função de confiança;
- (B) apenas para cargo em comissão ou função de confiança;
- (C) tão somente após a aprovação em concurso público;
- (D) apenas para uma função de confiança;
- (E) apenas para cargo em comissão.

3.(FGV - 2º TENENTE BOMBEIRO MILITAR (CBM AM)/2022)

Pedro, servidor público ocupante de cargo de provimento efetivo no Estado Alfa, logrou êxito em ser eleito Deputado Estadual. Por tal razão, procurou um advogado e perguntou se, após tomar posse no cargo eletivo, iria continuar a exercer as funções afetas ao cargo público que ocupa.

O advogado respondeu corretamente que Pedro

- (A) deve exercer simultaneamente as funções afetas ao cargo que ocupa e ao mandato eletivo, mas terá que optar pela remuneração de um deles.
- (B) deve exercer simultaneamente as funções afetas ao cargo que ocupa e ao mandato eletivo, recebendo a remuneração de ambos.
- (C) pode optar pelo exercício simultâneo, recebendo a remuneração afeta ao cargo que ocupa e ao mandato eletivo.
- (D) deve ser afastado do cargo que ocupa enquanto estiver no exercício do mandato de Deputado Estadual.
- (E) somente será afastado do cargo que ocupa caso o seu superior hierárquico assim decida.

4.(FUNDATEC - ANALISTA DE GESTÃO EM SAÚDE (IPE SAÚDE)/ADMINISTRAÇÃO/2022 (E MAIS 13 CONCURSOS))

Conforme previsto na Constituição Federal Brasileira de 1988, o servidor _____ para cargo de provimento _____ em virtude de concurso público adquire estabilidade após _____ anos de efetivo serviço. Ainda, para a aquisição da estabilidade, tem-se a _____ de avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.

Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do trecho acima.

- (A) indicado – provisório – dois – obrigatoriedade
- (B) nomeado – provisório – três – possibilidade
- (C) indicado – efetivo – dois – possibilidade
- (D) nomeado – efetivo – três – obrigatoriedade
- (E) nomeado – efetivo – dois – obrigatoriedade

5.(AOC - ANALISTA EM PREVIDÊNCIA (IPE PREV)/ANALISTA DE SISTEMAS/2022 (E MAIS 3 CONCURSOS))

Segundo a Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta.

- (A) As funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
- (B) A proibição da acumulação remunerada de cargos públicos estende-se a empregos e funções e abrange autarquias e fundações, mas não inclui as empresas públicas e as sociedades de economia mista.
- (C) São estáveis, após dois anos de efetivo exercício, os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.
- (D) A ordem social tem como base o bem-estar e como objetivos o primado do trabalho e a justiça sociais.
- (E) A sociedade exercerá a função de planejamento das políticas sociais, assegurada, na forma da lei, a participação do Estado nos processos de formulação, de monitoramento, de controle e de avaliação dessas políticas.

6.(AOC - ASSISTENTE EM PREVIDÊNCIA (IPE PREV)/2022)

Assinale a alternativa correta considerando as disposições da Constituição Federal.

- (A) É vedada a incorporação de vantagens de caráter temporário ou vinculadas ao exercício de função de confiança ou de cargo em comissão à remuneração do cargo efetivo.
- (B) É vedada a percepção de mais de uma aposentadoria à conta de regime próprio de previdência social, ainda que quando decorrentes de cargos acumuláveis na forma da Constituição.
- (C) Aplica-se ao agente público ocupante, exclusivamente, de mandato eletivo, o Regime Próprio de Previdência Social.
- (D) Os membros de Poder e os detentores de mandato eletivo serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, admitidos os acréscimos de gratificações e abonos, na forma da lei.
- (E) A União, os Estados e o Distrito Federal manterão escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos um dos requisitos para o ingresso na carreira.

7.(SELECON - ANALISTA (PREF SÃO GONÇALO)/PROCESSUAL/2022)

Amanda Ota é secretária municipal de Administração do município CB. Verifica a necessidade de contratação de pessoal para atender emergência criada pela destruição de várias construções públicas e estradas locais por enchentes provocadas por excesso de chuvas, consideradas imprevisíveis. Nos termos da Constituição, a Administração Pública poderá, nos termos da lei, estabelecer casos de contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional:

- (A) urgência temporal
- (B) indicação política
- (C) interesse público
- (D) perigo iminente

8.(FGV - AUDITOR FEDERAL DE CONTROLE EXTERNO (TCU)/CONTROLE EXTERNO/AUDITORIA GOVERNAMENTAL/2022)

O Tribunal de Contas da União instaurou processos administrativos para apurar a licitude da percepção de valores superiores àquele correspondente ao teto remuneratório constitucional pelos dirigentes:

TEORIA DA CONSTITUIÇÃO

TEORIA DA CONSTITUIÇÃO

1.(SELECON - GUARDA MUNICIPAL (PREF SÃO GONÇALO)/NÍVEL III/2022)

Ana Inova inicia seus estudos de interpretação da Constituição quando se depara com o conceito de Constituição dirigente, que estabelece os contornos da atividade do Estado. Segundo críticas que atualmente são feitas a essa perspectiva, a qual influi na interpretação das normas constitucionais, a Constituição dirigente gera o:

- (A) movimento de mudanças políticas ilimitadas
- (B) engessamento da ação política do Estado
- (C) distanciamento da ação política popular
- (D) colapso das instituições políticas

2.(AOCP - AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO (PREF BELÉM (PA))/2022)

Com relação à Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, assinale a alternativa correta.

- (A) A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 não é a norma jurídica de grau mais elevado do ordenamento jurídico brasileiro.
- (B) A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 é um conjunto de regras imutáveis, sistematizadas e organizadas em um texto único.
- (C) A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 foi imposta, de modo unilateral, por um governante e instaurou a ditadura que perdura até hoje no Brasil.
- (D) A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 é a lei de grau mais elevado no ordenamento jurídico brasileiro e pode ser compreendida como um sistema de normas que regula a forma do Estado, a forma de governo e os direitos e garantias fundamentais.
- (E) Para a alteração das normas constitucionais, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 não exige um processo legislativo distinto, mais solene e dificultoso do que o processo para a alteração das normas não constitucionais.

3.(QUADRIX - AGENTE ADMINISTRATIVO (CRBM 4 PA)/2021 (E MAIS 2 CONCURSOS)

No que se refere aos conceitos e à classificação das constituições, julgue o item a seguir.

As constituições rígidas são aquelas que determinam uma forma solene de alteração, por meio de emenda constitucional.

- () CERTO
- () ERRADO

4.(QUADRIX - AGENTE ADMINISTRATIVO (CRBM 4 PA)/2021 (E MAIS 2 CONCURSOS)

No que se refere aos conceitos e à classificação das constituições, julgue o item a seguir.

No sentido jurídico, Hans Kelsen conceitua a constituição como a soma dos fatores reais de poder dentro de uma sociedade, da forma como ela é na prática.

- () CERTO
- () ERRADO

5.(QUADRIX - AGENTE ADMINISTRATIVO (CRBM 4 PA)/2021 (E MAIS 2 CONCURSOS)

No que se refere aos conceitos e à classificação das constituições, julgue o item a seguir.

A constituição semirrígida é aquela que é uma mescla da rígida e da flexível, contendo matérias que podem ser alteradas pelo processo ordinário ou simples (flexíveis) e matérias que pressupõem um processo de modificação mais sofisticado e difícil.

- () CERTO
- () ERRADO

6.(QUADRIX - AGENTE ADMINISTRATIVO (CRBM 4 PA)/2021 (E MAIS 2 CONCURSOS)

Quanto à classificação das constituições e aos princípios fundamentais da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, julgue o item a seguir.

A Constituição da República Federativa do Brasil é a lei fundamental e suprema do Brasil, que serve como parâmetro de validade para todas as demais espécies normativas, situando-se no topo do ordenamento jurídico.

- CERTO
 ERRADO

7.(QUADRIX - AGENTE ADMINISTRATIVO (CRBM 4 PA)/2021 (E MAIS 2 CONCURSOS)

Quanto à classificação das constituições e aos princípios fundamentais da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, julgue o item a seguir.

Quanto à sua forma, quanto à sua origem, quanto à sua elaboração e quanto à sua estabilidade, é correto afirmar que a Constituição Federal brasileira de 1988 é, respectivamente, escrita, democrática, dogmática e rígida.

- CERTO
 ERRADO

8.(QUADRIX - AGENTE ADMINISTRATIVO (CRBM 4 PA)/2021 (E MAIS 2 CONCURSOS)

Quanto à classificação das constituições e aos princípios fundamentais da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, julgue o item a seguir.

A constituição dogmática é a que apresenta conteúdo extenso e que trata de temas estranhos ao funcionamento do Estado, trazendo minúcias que encontrariam maior adequação fora da Constituição, em normas infraconstitucionais.

- CERTO
 ERRADO

9.(IADES - DIPLOMATA (TERCEIRO SECRETÁRIO)/2021)

No que concerne aos aspectos relacionados ao conceito de Constituição, ao controle de constitucionalidade, aos direitos fundamentais e às normas orçamentárias e de finanças públicas, julgue (C ou E) o item a seguir.

A Constituição pode ser compreendida como um corpo de normas jurídicas (regras e princípios), qualificado pelo seu conteúdo e por sua função, as quais, estando

ou não corporificadas em um documento (ou conjunto de documentos), assumem uma posição diferenciada e privilegiada em relação às demais normas jurídicas.

- CERTO
 ERRADO

10.(QUADRIX - ADMINISTRADOR (CRF AP)/2021 (E MAIS 2 CONCURSOS)

A Constituição Cidadã, do ano de 1988, tornou-se o principal símbolo do processo de redemocratização nacional. A Assembleia Nacional Constituinte, convocada em 1985 pelo presidente José Sarney, trabalhou durante vinte meses. Participaram 559 parlamentares (72 senadores e 487 deputados federais), com intensa participação da sociedade. Durante cinco meses, cidadãos e entidades representativas encaminharam suas sugestões para a nova Constituição. Cinco milhões de formulários foram distribuídos nas agências dos Correios. 72.719 cidadãos de todo o País fizeram sugestões que foram coletadas, além de outras 12.000 sugestões dos constituintes e de entidades representativas.

Internet: <www.camara.leg.br> (com adaptações).

No que se refere aos conceitos e às classificações das constituições, julgue o item.

Sob o critério material, para se definir se uma norma tem caráter constitucional, é necessário avaliar seu conteúdo, pouco importando a forma por meio da qual foi essa norma introduzida no ordenamento jurídico.

- CERTO
 ERRADO

11.(QUADRIX - ADMINISTRADOR (CRF AP)/2021 (E MAIS 2 CONCURSOS)

A Constituição Cidadã, do ano de 1988, tornou-se o principal símbolo do processo de redemocratização nacional. A Assembleia Nacional Constituinte, convocada em 1985 pelo presidente José Sarney, trabalhou durante vinte meses. Participaram 559 parlamentares (72 senadores e 487 deputados federais), com intensa participação da sociedade. Durante cinco meses, cidadãos e entidades representativas encaminharam suas sugestões para a nova Constituição. Cinco milhões de formulários foram distribuídos nas agências dos Correios. 72.719 cidadãos de todo o País fizeram sugestões que foram coletadas, além de outras 12.000 sugestões dos constituintes e de entidades representativas.

Internet: <www.camara.leg.br> (com adaptações).

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA REPÚBLICA

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA REPÚBLICA

1.(FUNDATEC - ANALISTA DE GESTÃO EM SAÚDE (IPE SAÚDE)/ADMINISTRAÇÃO/2022 (E MAIS 13 CONCURSOS)

A República Federativa do Brasil, conforme consta na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 4º, em relação às suas relações internacionais, deve reger-se por alguns princípios.

Assinale a alternativa que NÃO apresenta um desses princípios.

- (A) Independência nacional.
- (B) Autodeterminação dos povos.
- (C) Construir uma sociedade livre, justa e solidária.
- (D) Solução pacífica dos conflitos.
- (E) Igualdade entre os Estados.

2.(AOC - ASSISTENTE EM PREVIDÊNCIA (IPE PREV)/2022)

Em relação aos princípios fundamentais da Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta.

- (A) A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Social.
- (B) São Poderes da União, dependentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.
- (C) A igualdade entre os Estados e o repúdio ao terrorismo e ao racismo são princípios que regem a República Federativa do Brasil nas suas relações internacionais.
- (D) Construir uma sociedade livre, justa e solidária é um dos fundamentos da República Federativa do Brasil.
- (E) A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América, visando à formação de uma comunidade americana de nações.

3.(FCC - EDUCADOR SOCIAL (PREF RECIFE)/2022)

A Constituição brasileira é a Constituição de um país de economia de mercado; de um país capitalista, se se preferir. O sistema econômico capitalista é fundado na desigualdade e dela depende: para que o capitalismo funcione, é preciso que haja o capitalista e o empregado, por exemplo, que sempre estarão em condições desi-

guais. O Direito pode regular as relações de trabalho de modo a proteger quem é mais vulnerável nessa relação. Isso só faz sentido se o Direito não tiver por fim eliminar a relação desigual, mas regulá-la, protegendo a parte mais fraca. Assim, a Constituição não é refratária à desigualdade econômica em si.

(Adaptado de: FOLLONI, A.; FLORIANI NETO, A. B. "Desigualdade econômica na Constituição...". *Novos Estudos Jurídicos*, v. 23, n. 2, maio/ago. 2018, p. 593)

Considerando as informações presentes no texto e o próprio documento da Carta Magna brasileira, entende-se que a Constituição Federal de 1988 regula as relações presentes na sociedade brasileira quando afirma a

- (A) erradicação da pobreza e da marginalização, em seu artigo 4º.
- (B) redução das desigualdades sociais e regionais, em seu artigo 3º.
- (C) solução pacífica dos conflitos, em seu artigo 4º.
- (D) plena liberdade de associação para fins lícitos, em seu artigo 5º.
- (E) livre expressão da atividade intelectual, em seu artigo 5º.

4.(QUADRIX - AGENTE ADMINISTRATIVO (CRBM 4 PA)/2021 (E MAIS 2 CONCURSOS)

A respeito dos direitos e das garantias fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988, julgue o item a seguir.

O pluralismo político é um princípio fundamental que garante a inclusão dos diferentes grupos sociais no processo político nacional, outorgando aos cidadãos a liberdade de convicção filosófica e política.

- () CERTO
- () ERRADO

5.(FUNDATEC - FISCAL DE TRIBUTOS (PREF TRAMANDAÍ)/2021)

Segundo Art. 2º da Constituição Federal, são poderes da União, EXCETO o Poder:

- (A) Moderador.
- (B) Executivo.
- (C) Legislativo.
- (D) Judiciário.

6.(QUADRIX - AGENTE DE ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO (CREF 21)/2021)

Quanto aos princípios fundamentais da Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta.

- (A) A soberania e a cidadania não constituem fundamentos da República Federativa do Brasil.
- (B) O Legislativo, o Executivo e o Judiciário são Poderes da União e o Poder Legislativo é subordinado ao Poder Executivo.
- (C) Em suas relações internacionais, a República Federativa do Brasil rege-se por diversos princípios, entre os quais destaca-se o da proibição de concessão de asilo político e de intervenção.
- (D) A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.
- (E) A garantia do desenvolvimento nacional não compõe o rol dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.

7.(FUNDATEC - MOTORISTA (PREF AMETISTA DO SUL)/2021 (E MAIS 3 CONCURSOS)

NÃO é um objetivo fundamental da república, segundo a Constituição Federal de 1988:

- (A) Construir uma sociedade livre, justa e solidária.
- (B) Garantir o desenvolvimento nacional.
- (C) Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.
- (D) Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
- (E) Promover a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.

8.(QUADRIX - ANALISTA CONTÁBIL (CORE PR)/JÚNIOR/2021 (E MAIS 2 CONCURSOS)

Os princípios fundamentais da República Federativa do Brasil, previstos na Constituição Federal, estabelecem a forma, a estrutura e os fundamentos do Estado brasileiro, a divisão dos poderes, os objetivos primordiais a serem perseguidos e as diretrizes a serem adotadas nas relações internacionais.

Sob a ótica constitucional brasileira, julgue o item.

É característica da república o caráter representativo dos governantes, a alternância no poder e a responsabilização política, civil e penal de seus detentores.

- () CERTO
- () ERRADO

9.(FCC - DEFENSOR PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA/2021)

São consideradas finalidades básicas do princípio da indissolubilidade do Estado Federativo a

- (A) capacidade de auto-organização e a soberania relativa.
- (B) soberania mitigada e a repartição territorial.
- (C) unidade nacional e a necessidade descentralizada.
- (D) não secessão e a necessidade de coexistência harmoniosa.
- (E) normatização interna própria e a autonomia relativa.

10.(FCC - DEFENSOR PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA/2021)

Dentre os princípios das relações internacionais há aquele que surgiu como consequência natural do processo de descolonização, ganhando impulso nos primeiros anos após a Segunda Guerra Mundial e que garante o livre desenvolvimento econômico, social e cultural de nosso País. Trata-se do princípio

- (A) do fortalecimento da autonomia interna.
- (B) da prevalência dos direitos humanos.
- (C) da autodeterminação dos povos.
- (D) da não intervenção estrangeira.
- (E) da igualdade e independência entre os povos.

11.(SELECON - CONTADOR (CM CUIABÁ)/2021 (E MAIS 1 CONCURSO)

O Estado Federado Brasileiro compreende a União, com soberania, e as seguintes entidades estatais, com autonomia política, administrativa e financeira:

- (A) os Estados
- (B) os Estados e os Municípios
- (C) os Estados e o Distrito Federal
- (D) os Estados, o Distrito Federal e os Municípios

12.(FCC - DEFENSOR PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA/2021)

A solução pacífica dos conflitos constitui

- (A) fundamento da República e do Estado Democrático de Direito.
- (B) objetivo fundamental da República.
- (C) princípio das relações internacionais.
- (D) objetivo sindical.
- (E) objetivo dos partidos políticos.

TEORIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

TEORIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

1.(VUNESP - PROMOTOR DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO (MPE RJ)/2022/XXXVI)

Assinale a alternativa que diz respeito à modalidade de eficácia de princípio que propõe se possa exigir do Judiciário a invalidade da revogação de normas que, regulamentando o princípio, concedam ou ampliem direitos fundamentais, sem que a revogação em questão seja acompanhada de uma política substitutiva ou equivalente.

- (A) Simétrica.
- (B) Diferida.
- (C) Interpretativa.
- (D) Preceptiva.
- (E) Vedativa do retrocesso.

2.(FGV - DEFENSOR PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO/2021/XXVII)

No âmbito da ADPF 635 se questionam a política de segurança pública do governo do Estado do Rio de Janeiro, os índices injustificáveis de letalidade promovida pelas intervenções policiais nas favelas e o uso desproporcional da força por parte dos agentes de segurança contra a população negra e pobre.

Diante de dados que comprovam que os efeitos de determinadas políticas públicas violam desproporcionalmente os direitos fundamentais de grupos vulneráveis identificáveis, é correto afirmar que tais políticas podem ser questionadas com fundamento no(a):

- (A) princípio da moralidade administrativa;
- (B) princípio da igualdade formal;
- (C) teoria da discriminação indireta;
- (D) princípio da legalidade;
- (E) princípio da impessoalidade.

3.(QUADRIX - ASSISTENTE (CRBM 4 (PA RO))/GESTÃO/2021 (E MAIS 1 CONCURSO)

A respeito dos direitos e das garantias fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988, julgue o item a seguir.

Segundo Alexandre de Moraes, o direito à vida é o mais fundamental de todos os direitos, já que se constitui em pré-requisito à existência e ao exercício de todos os demais.

- () CERTO
- () ERRADO

4.(FCC - DEFENSOR PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA/2021)

O princípio do não retrocesso social se identifica com a ideia de

- (A) inconstitucionalidade formal de medidas provisórias que visem à redução de direitos sociais.
- (B) redução do Estado Capitalista e crescimento do Estado Social.
- (C) concretização da dimensão positiva aos direitos sociais.
- (D) um direito constitucional de resistência.
- (E) uma desarrazoabilidade legislativa em seu sentido formal.

5.(FCC - DEFENSOR PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA/2021)

Considerando o aspecto plurissignificativo da expressão “acesso à justiça” e o estudo realizado pelo Projeto Florentino de Acesso à Justiça, publicado em 1979, com especial atenção às ondas renovatórias relatadas por Cappelletti e Garth, a preocupação com a facilitação e simplificação dos procedimentos dispostos aos jurisdicionados e também com a criação de vias alternativas de Justiça identificam

- (A) a primeira onda, garantindo o acesso à justiça ou outro modelo de efetivação de direitos, inclusive, pelas pessoas economicamente hipossuficientes.
- (B) a segunda onda, que propõe abordagem diferenciada, eficiente e alternativa do ponto de vista da efetivação do direito.
- (C) as segunda e terceira ondas, haja vista a identificação de objeto e finalidade, buscando-se abordagem diferenciada e acessível à resolução da situação concreta de determinado indivíduo.

(D) as primeira e segunda ondas, haja vista a identificação de objeto e finalidade, buscando-se o acesso sem necessidade de enfrentar-se pagamento de custas judiciais, com a criação de juizados de pequenas causas. (E) a terceira onda, já que o simples acesso à Justiça não é suficiente à garantia dos direitos e, ainda, não se deve promover toda solução de conflito por meio do Poder Judiciário.

6.(FGV - AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO (TCE-PI)/ENGENHARIA/2021)

João e Maria travaram intenso debate a respeito das teorias afetas às restrições aos direitos fundamentais. João defendia que no direito brasileiro é preponderante o entendimento de que esses direitos ensejam o surgimento de posições jurídicas definitivas, o que implica adesão à denominada teoria interna. Maria, por sua vez, refutava esse argumento, afirmando que o entendimento preponderante é o de que os direitos apresentam contornos *prima facie*, se afeiçoando à teoria externa.

À luz dessa narrativa, é correto afirmar que o(s) entendimento(s) de:

- (A) Maria está certo, já que direito e restrição formam individualidades distintas;
- (B) Maria está parcialmente certo, pois o conteúdo *prima facie*, por ser avesso à segurança jurídica, é incompatível com esses direitos;
- (C) João está certo, já que o nível de proteção oferecido por um direito fundamental é incontestável;
- (D) João está parcialmente certo, pois as posições jurídicas definitivas são incompatíveis com a natureza principiológica desses direitos;
- (E) Maria e João estão parcialmente certos, já que suas explicações se ajustam, respectivamente, às teorias interna e externa.

7.(QUADRIX - AGENTE DE ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO (CRP 14 (MS))/2021 (E MAIS 2 CONCURSOS))

Acerca dos direitos e das garantias fundamentais, julgue o item.

O status passivo dos direitos fundamentais coloca o sujeito com margem mínima de proteção posta a salvo da ingerência estatal.

- () CERTO
- () ERRADO

8.(FGV - OAB UNIFICADO - NACIONAL/2021/XXXIII EXAME)

O parlamentar José, em apresentação na Câmara dos Deputados, afirmou que os direitos à informação e à liberdade jornalística possuem normatividade absoluta

e, por esta razão, não podem ceder quando em colisão com os direitos à privacidade e à intimidade, já que estes últimos apenas tutelam interesses meramente individuais.

Preocupado com o que reputou “um discurso radical”, o deputado Pedro recorreu a um advogado constitucionalista, a fim de que este lhe esclarecesse sobre quais direitos devem prevalecer quando os direitos à intimidade e à privacidade colidem com os direitos à liberdade jornalística e à informação.

O advogado afirmou que, segundo o sistema jurídico constitucional brasileiro, o parlamentar José

(A) está correto, pois, em razão do patamar atingido pelo Estado Democrático de Direito contemporâneo, os direitos à liberdade jornalística e à informação possuem valor absoluto em confronto com qualquer outro direito fundamental.

(B) está equivocado, pois os tribunais entendem que os direitos à intimidade e à privacidade têm prevalência apriorística sobre os direitos à liberdade jornalística e à informação.

(C) está equivocado, pois, tratando-se de uma colisão entre direitos fundamentais, se deve buscar a conciliação entre eles, aplicando-se cada um em extensão variável, conforme a relevância que apresentem no caso concreto específico.

(D) está correto, pois a questão envolve tão somente um conflito aparente de normas, que poderá ser adequadamente solucionado se corretamente utilizados os critérios da hierarquia, da temporalidade e da especialidade.

9.(FCC - DEFENSOR PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS/2021)

Os direitos e garantias fundamentais consagrados pela Constituição Federal não são ilimitados, encontrando seus limites nos demais direitos igualmente consagrados pelo texto constitucional. Tal afirmação corresponde ao princípio da

- (A) razoabilidade dos direitos fundamentais.
- (B) convivência das liberdades públicas.
- (C) restrição constitucional.
- (D) proteção social.
- (E) comunicação dos direitos fundamentais.

10.(QUADRIX - AGENTE (CRESS 23 (RO))/ADMINISTRATIVO/2021)

A cidadania é uma espécie de igualdade humana básica, associada com o conceito de participação integral na comunidade, o qual não é inconsistente com as desigualdades que diferenciam os vários níveis econômicos na sociedade. Em outras palavras, a

DIREITOS INDIVIDUAIS

DIREITOS INDIVIDUAIS

1.(VUNESP - TÉCNICO LEGISLATIVO (CMSJC)/2022)

Suponha que João cometeu um crime e após o trâmite regular do processo foi considerado culpado e, conseqüentemente, condenado a cumprir pena. De acordo com o disposto no art. 5º da Constituição Federal, é correto afirmar que a pena imputada a João poderá ser de

- (A) morte, caso ele tenha cometido crime hediondo.
- (B) caráter perpétuo, caso ele tenha cometido crime de racismo.
- (C) trabalhos forçados .
- (D) interdição de direitos.
- (E) banimento.

2.(FGV - INSPETOR DE POLÍCIA (PC RJ)/2022)

Eunice, servidora pública estadual, preencheu os requisitos para a fruição de determinado benefício assegurado pelo regime jurídico único dos servidores. Ocorre que, no dia anterior àquele em que iria requerê-lo, a lei foi alterada, e o benefício, suprimido. Apesar disso, um amigo lhe informou, corretamente, que o seu direito ao benefício não seria afetado pela nova lei, o que decorria da garantia constitucional do(a):

- (A) coisa julgada;
- (B) direito adquirido;
- (C) ato jurídico perfeito;
- (D) expectativa legítima;
- (E) legalidade imanente.

3.(FGV - INSPETOR DE POLÍCIA (PC RJ)/2022)

Determinada associação, direcionada ao desenvolvimento psicossocial da pessoa e da família, foi objeto de muitas críticas no âmbito da Secretaria de Apoio Familiar do Estado-membro Alfa. Argumentava-se que diversas atividades desenvolvidas pela associação eram moralmente reprováveis, além de representarem apologia ao crime.

Em razão desses fatos, a assessoria jurídica foi consultada a respeito da possibilidade de a associação ter suas atividades suspensas, sendo respondido, corretamente, que a suspensão alvitada:

- (A) somente seria possível após a condenação em processo administrativo;
- (B) somente seria possível por decisão judicial, independentemente do trânsito em julgado;
- (C) não seria possível, pois a liberdade de associação tem estatura constitucional;
- (D) exige decisão transitada em julgado, quer seja proferida em processo administrativo, quer em processo judicial;
- (E) exige o julgamento do ilícito em processo administrativo, requisito da ação judicial na qual a suspensão será requerida.

4.(FGV - DEFENSOR PÚBLICO DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL/2022/XVIII)

Joana inscreveu-se em concurso público destinado ao provimento de determinado cargo efetivo do Estado Beta. Ao ser comunicada da data de realização da avaliação correspondente à segunda fase do certame, percebeu que isto ocorreria justamente em um dia da semana no qual sua religião não permitia a prática de qualquer atividade.

Considerando a forma como a liberdade de religião é tratada pela ordem constitucional, é correto afirmar que Joana:

- (A) tem o direito público subjetivo à alteração da data de realização de sua avaliação, qualquer que seja a sua natureza;
- (B) pode ter, ou não, a data de realização da avaliação alterada, o que reflete ato discricionário da Administração, que sequer carece de motivação;
- (C) não pode ser autorizada a realizar a prova em data distinta, já que a laicidade do Estado impede que os praticantes de uma religião sejam privilegiados;
- (D) pode vir a ter alterada a data da avaliação, desde que presentes a razoabilidade, a preservação da igualdade e não haja ônus desproporcional para a Administração.

5.(FGV - DEFENSOR PÚBLICO DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL/2022/XVIII)

Ernesto, motorista profissional, em fatídico evento, praticou homicídio culposo na direção do caminhão que conduzia. Ao fim do processo penal, veio a ser condenado, com base na legislação vigente, à pena alternativa de pagamento de prestação pecuniária e à proibição de dirigir veículo automotor por dois anos.

Considerando que Ernesto possui família a sustentar, é correto afirmar, à luz da sistemática constitucional, que:

- (A) o direito ao exercício da profissão de motorista profissional se enquadra na perspectiva da dignidade humana, logo, não poderia ser restringido;
- (B) a proibição de dirigir veículo automotor é legítima, considerando o objetivo de proteger bens jurídicos relevantes de terceiros, como vida e integridade física;
- (C) a aplicação da penalidade de proibição de dirigir veículo automotor afronta o princípio da individualização da pena, por não ter considerado a condição pessoal de Ernesto;
- (D) a ponderação de interesses não pode gerar a ineficácia de um dos princípios envolvidos, sendo ilícita a proibição imposta a Ernesto ao eliminar o conteúdo essencial do direito.

6.(FGV - JUIZ ESTADUAL (TJ AP)/2022)

Joana e sua família contrataram com a companhia aérea ZZ o serviço de transporte aéreo internacional do Brasil para a Espanha, com passagens de ida e volta. Ao desembarcarem no destino, juntamente com os demais passageiros, constataram que sua bagagem tinha se extraviado.

Assim que retornaram ao Brasil, Joana e sua família ajuizaram ação de reparação de danos em face da companhia aérea ZZ, com base no Código de Defesa do Consumidor (CDC). Em sua defesa, a companhia argumentou com a existência de convenção internacional (CI), devidamente ratificada pelo Estado brasileiro antes da promulgação da Constituição da República de 1988, cuja aplicação resultaria na fixação de indenização em patamares sensivelmente inferiores. Acresça-se que a sede da multinacional está situada em país que igualmente ratificou a convenção.

À luz da sistemática constitucional, o juiz de direito, ao julgar a causa, deve aplicar, nas circunstâncias indicadas:

- (A) o CDC, que somente não prevaleceria sobre a CI caso fosse mais favorável ao consumidor, o que não é o caso;

(B) a CI, que, por expressa previsão constitucional, sempre prevalece sobre as normas infraconstitucionais afetas à temática;

(C) o CDC, que tem a natureza de lei ordinária e foi editado em momento posterior à CI, afastando a sua eficácia no território brasileiro;

(D) o CDC, pois a proteção do consumidor consubstancia direito fundamental, insuscetível de ser restringido por CI;

(E) a CI, desde que a sua recepção pela Constituição da República de 1988 tenha sido reconhecida em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, pelo voto de três quintos dos seus membros.

7.(FGV - INVESTIGADOR POLICIAL (PC RJ)/2022)

João foi condenado, em sentença penal transitada em julgado, pela prática de crime, (1) à pena privativa de liberdade; (2) à pena restritiva de direitos, consistente na prestação de serviços em um abrigo de idosos; (3) a reparar o dano causado à vítima; e (4) a perder os bens adquiridos ilícitamente. Poucos dias depois, João faleceu.

Nesse caso, à luz da ordem constitucional, uma vez preenchidos os requisitos legais e observados os limites estabelecidos, podem ser transmitidas aos herdeiros de João as consequências descritas:

- (A) somente em 1 e 2;
- (B) somente em 1 e 3;
- (C) somente em 3 e 4;
- (D) somente em 2, 3 e 4;
- (E) em 1, 2, 3 e 4.

8.(FGV - INVESTIGADOR POLICIAL (PC RJ)/2022)

Maria, no exercício do direito de petição, compareceu à Secretaria Municipal de Obras para solicitar que fossem adotadas as providências necessárias ao recapamento asfáltico das ruas do seu bairro. Afinal, a falta de manutenção contribuiu para o aumento dos buracos e os acidentes se multiplicaram. O servidor responsável pelo protocolo solicitou de Maria o comprovante de recolhimento da “taxa de expediente”, o que seria necessário para que o seu pleito fosse apreciado.

À luz da sistemática constitucional, a taxa mencionada pelo servidor:

- (A) não pode ser exigida;
- (B) pode ser exigida, desde que prevista na lei orgânica;
- (C) pode ser exigida, desde que prevista em lei ordinária;

DIREITOS SOCIAIS

DIREITOS SOCIAIS

1.(FGV - JUIZ ESTADUAL (TJ AP)/2022)

Maria, servidora ocupante de cargo em comissão no Município Delta, adotou João Pedro, de 11 anos de idade. Ato contínuo, consultou o regime jurídico único dos servidores públicos municipais e constatou que a licença parental básica, reconhecida aos servidores adotantes, era de noventa dias, período reduzido para trinta dias quando o adotado tivesse mais de 10 anos de idade, isso sem qualquer consideração em relação a possíveis períodos de prorrogação. No entanto, somente faziam jus a essa licença os servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo, não aqueles livremente demissíveis pela autoridade competente.

À luz da sistemática constitucional, o regime jurídico único dos servidores públicos do Município Delta:

- (A) é inconstitucional na parte que restringe a fruição da licença aos ocupantes de cargos de provimento efetivo e estabelece períodos de fruição inferiores ao da licença gestante;
- (B) é inconstitucional apenas na parte em que estabelece o período de fruição de trinta dias quando o adotado tiver mais de 10 anos de idade;
- (C) não apresenta qualquer vício de inconstitucionalidade em relação aos servidores que podem fruir a licença e aos respectivos períodos de fruição; é inconstitucional apenas na parte que restringe a fruição da licença aos servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo;
- (D) é inconstitucional apenas na parte em que estabelece períodos de fruição inferiores ao da licença gestante.

2.(FUNDATEC - TÉCNICO DE GESTÃO EM SAÚDE (IPE SAÚDE)/2022)

Previstos na Constituição Federal de 1988, o fundo de garantia por tempo de serviço (FGTS), o repouso semanal remunerado, as férias anuais remuneradas e a licença à gestante são alguns dos direitos dos trabalhadores:

- (A) Urbanos.
- (B) Rurais.
- (C) Urbanos e rurais.
- (D) Informais.
- (E) Urbanos, rurais e informais.

3.(CEBRASPE (CESPE) - ANALISTA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR (FUNPESP-EXE)/JURÍDICA/2022)

Com base no texto da Constituição Federal de 1988, julgue o item seguinte.

O pagamento, pelo empregador, do seguro de acidente de trabalho exclui a sua responsabilidade civil em face de eventual indenização a que o empregado faça jus em razão de acidente laboral.

- () CERTO
- () ERRADO

4.(CEBRASPE (CESPE) - ANALISTA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR (FUNPESP-EXE)/JURÍDICA/2022)

Com base na jurisprudência majoritária e atual do Supremo Tribunal Federal, julgue o item que se segue.

É inconstitucional a assinatura de acordo coletivo de trabalho para permitir que empregadas grávidas trabalhem expostas a condições insalubres, ainda que essas empregadas consentam em permanecer atuando em atividades que as exponham a tais condições.

- () CERTO
- () ERRADO

5.(CEBRASPE (CESPE) - ANALISTA DA DEFENSORIA PÚBLICA (DPE RO)/JURÍDICA/2022)

Os direitos sociais são uma garantia constante da Constituição Federal de 1988, entre os quais se encontra previsto o

- (A) direito à moradia.
- (B) direito das presidiárias de permanecer com seus filhos durante o período da amamentação.
- (C) direito à propriedade.
- (D) direito à gratuidade do registro civil de nascimento e da certidão de óbito.
- (E) direito à assistência jurídica integral e gratuita.

6.(CEBRASPE (CESPE) - PROCURADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA/2022)

Acerca dos direitos sociais, assinale a opção correta.

- (A) Não constitui objeto de delegação a legislação sobre direitos individuais e sociais.
- (B) Conforme a CF, não pode ser objeto de deliberação a proposta de emenda constitucional tendente a abolir direitos e garantias individuais e sociais.
- (C) O direito de reunião, embora seja um direito pessoal, está previsto na CF, no Capítulo que trata dos direitos sociais.
- (D) Segundo expressa previsão constitucional, a proteção em face da automação é um direito social do trabalhador que se aplica também aos servidores ocupantes de cargo público.
- (E) São crimes de responsabilidade os atos do presidente da República que atentem contra a CF e, especialmente, contra o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais.

7.(VUNESP - GUARDA CIVIL MUNICIPAL (OSASCO)/2022)

Nos termos da Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) Todo brasileiro em situação de vulnerabilidade social terá direito a uma renda básica familiar, garantida pelo poder público em programa permanente de transferência de renda, cujas normas e requisitos de acesso serão determinados em lei, observada a legislação fiscal e orçamentária.
- (B) Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, entre outros, no termo seguinte: é livre a manifestação do pensamento, sendo autorizado o anonimato.
- (C) Todo brasileiro em situação de vulnerabilidade social terá direito a uma renda básica familiar, garantida pelo poder público em programa temporário de transferência de renda, cujas normas e requisitos de acesso serão determinados por decretos e regulamentos do Poder Executivo.
- (D) Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, entre outros, no termo seguinte: é plena a liberdade de associação para fins lícitos, autorizando-se a de caráter paramilitar.

(E) Todo brasileiro, estando ou não em situação de vulnerabilidade social, terá direito a uma renda básica familiar, garantida pelo poder público em programa permanente de transferência de renda, cujas normas e requisitos de acesso serão determinados em lei.

8.(FCC - ANALISTA EM ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS (PREF RECIFE)/ASSISTENTE SOCIAL/2022)

A Constituição Federal de 1988 imprime novos direitos sociais que

- (A) possuem caráter redistributivo, buscam promover a igualdade de acesso a bens socialmente produzidos, a fim de restaurar o equilíbrio para a coesão social.
- (B) correspondem ao direito à vida, liberdade de pensamento e fé, o direito de ir e vir, à liberdade de imprensa e à igualdade perante a lei.
- (C) só podem ser concretizados a partir da definição de um estatuto legal que tenha correspondência com a posição dos Jusnaturalistas e que tenha consonância com o campo dos direitos civis.
- (D) dependem de uma mudança radical na sociedade emanada da lógica econômica vinculada ao fim do capitalismo. Sem essa transição, não se conquistam os direitos sociais.
- (E) estão vinculados aos acordos expressos no arcabouço legal, uma vez que nem sempre a ampliação dos direitos sociais dependeu de disputas entre projetos políticos diferentes.

9.(FCC - PROMOTOR DE JUSTIÇA (MPE PE)/2022)

De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal acerca da disciplina constitucional dos direitos e garantias fundamentais,

- (A) é juridicamente possível a realização de exame de DNA contra a vontade do réu em ação de investigação de paternidade, não constituindo violação à dignidade humana, nessas circunstâncias, a obtenção de fios de cabelo ou extração de poucas gotas de sangue do investigado.
- (B) para a caracterização do trabalho escravo faz-se necessário o cerceamento de liberdade física e de locomoção, adicionados ao fato de que o trabalhador deva ser tratado como coisa e não como pessoa humana, o que pode ser feito pela violação intensa e persistente de seus direitos básicos.
- (C) a garantia de salário mínimo prevista na Constituição não se aplica à remuneração do trabalho dos presos.
- (D) é constitucional a proibição de doação de sangue por homens que tiveram relações sexuais com outros homens nos 12 meses anteriores à doação.

DIREITOS DA NACIONALIDADE

DIREITOS DA NACIONALIDADE

1. (CESPE / CEBRASPE - 2022 - DPE-TO - DEFENSOR PÚBLICO SUBSTITUTO)

A Constituição Federal de 1988 dispõe que não deve haver distinção legal entre brasileiros natos e naturalizados, com exceção dos casos previstos no próprio texto constitucional. Conforme as disposições da Constituição Federal de 1988, são privativos de brasileiros natos os cargos de

- (A) ministro do Superior Tribunal de Justiça e oficial das Forças Armadas.
- (B) carreira diplomática e ministro da justiça.
- (C) presidente da República e presidente do Superior Tribunal de Justiça.
- (D) presidente do Senado Federal e vice-presidente da República.
- (E) ministro do Supremo Tribunal Federal e ministro da Casa Civil.

2. (CESPE / CEBRASPE - 2022 - PC-PB - DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL)

Suponha que João nasça no Brasil e seja filho de pai e mãe argentinos que estejam em território brasileiro a serviço do Uruguai. Suponha, ainda, que Sandro nasça na Itália e seja filho de pai brasileiro que resida há algum tempo no exterior, por interesse pessoal de estudo. Suponha, também, que Jaqueline nasça na Espanha e seja filha de mãe brasileira, a serviço da República Federativa do Brasil naquele país. Nessa situação, no momento do nascimento, é(são) brasileiro(s) nato(s)

- (A) João, Sandro e Jaqueline.
- (B) João e Jaqueline, somente.
- (C) Jaqueline, somente.
- (D) Sandro e Jaqueline, somente.
- (E) João, somente.

3. (CESPE / CEBRASPE - 2021 - AL-CE - TÉCNICO LEGISLATIVO)

A CF exige que determinados cargos eletivos sejam ocupados por brasileiro nato. Nesse contexto, um brasileiro naturalizado ou português equiparado poderá

- (A) candidatar-se a presidente ou vice-presidente da República, desde que um desses cargos seja ocupado por brasileiro nato.

(B) candidatar-se a vice-presidente da República, desde que o candidato a presidente seja brasileiro nato.

(C) candidatar-se a vice-governador, desde que o candidato a governador seja brasileiro nato.

(D) concorrer a cargo de deputado federal ou senador, desde que não ocupe cargo de presidência nas comissões permanentes da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.

(E) concorrer a cargo de deputado federal ou senador, desde que não ocupe cargo de presidente da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.

4. (CESPE / CEBRASPE - 2021 - SEFAZ-RR - AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS ESTADUAIS)

Acerca dos direitos fundamentais, assinale a opção correta.

(A) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, a qualquer hora do dia ou da noite, por determinação judicial.

(B) Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo exigida apenas prévia autorização da autoridade competente.

(C) Nenhuma pena passará da pessoa do condenado, sendo proibida a execução, contra herdeiros não participantes do delito, da obrigação de reparar o dano.

(D) Mesmo em caso de iminente perigo público, a autoridade competente só poderá usar de propriedade particular se houver prévia autorização do respectivo proprietário, assegurada a ele indenização ulterior, se houver dano.

(E) Nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.

5. (CESGRANRIO - 2010 - BR DISTRIBUIDORA - ADVOGADO)

A Constituição Federal reconhece a condição de brasileiro naturalizado aos originários de países de língua portuguesa que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigindo, nesse caso, apenas

- (A) residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral.
- (B) residência há mais de quinze anos ininterruptos e ausência de condenação penal.
- (C) residência permanente no País e reciprocidade de tratamento em favor de brasileiros no país de origem.
- (D) residência na República Federativa do Brasil e opção expressa, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.
- (E) prestação de serviço à República Federativa do Brasil e maioridade legal.

6. (CESGRANRIO - 2008 - BR DISTRIBUIDORA - ADVOGADO)

Maria é brasileira, funcionária da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, e casada com João, também brasileiro. Foi enviada grávida à Itália, juntamente com sua equipe de trabalho, para tratar de assuntos profissionais do interesse da Petrobras. Ao chegar a Roma, Maria teve complicações na gravidez e deu à luz prematuramente a seu filho Mário, que sobreviveu. De acordo com as disposições constitucionais relativas a direitos da nacionalidade, esse filho de João e Maria será

- (A) apátrida.
- (B) estrangeiro.
- (C) brasileiro nato.
- (D) brasileiro naturalizado.
- (E) italiano, podendo optar pela nacionalidade brasileira após a maioridade.

7. (ESAF - 2012 - MF - ASSISTENTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO)

Quanto à atribuição de nacionalidade, marque a opção incorreta.

- (A) São brasileiros naturalizados os estrangeiros de qualquer nacionalidade, residente na República Federativa do Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira.
- (B) São brasileiros natos os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país.
- (C) São brasileiros natos os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente.

(D) São brasileiros natos os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro e mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil.

(E) São brasileiros naturalizados os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral.

8. (ESAF - 2012 - RECEITA FEDERAL - ANALISTA TRIBUTÁRIO DA RECEITA FEDERAL - PROVA 1 - GABARITO 1)

Assinale a única opção correta.

- (A) O cargo de Ministro da Fazenda é privativo de brasileiro nato.
- (B) O cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho é privativo de brasileiro nato.
- (C) O brasileiro nato poderá ser extraditado no caso de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.
- (D) São brasileiros natos os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil.
- (E) No sistema jurídico-constitucional pátrio, é cabível a aquisição da nacionalidade brasileira como efeito direto e imediato resultante do casamento civil.

9. (ESAF - 2012 - MI - NÍVEL SUPERIOR - CONHECIMENTOS GERAIS)

Acerca da configuração fundamental da cidadania brasileira na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, é incorreto afirmar que

- (A) são brasileiros natos os nascidos no estrangeiro de pai ou mãe brasileiro (nato ou naturalizado) que ali se encontrasse a serviço oficial da República Federativa do Brasil.
- (B) podem ser brasileiros naturalizados os estrangeiros que, provenientes de países que tenham o português como língua nativa, residam no país há mais de um ano e não tenham pendente contra si qualquer desabono grave jurídico ou moral.
- (C) é privativo de brasileiro nato o posto de Ministro do Supremo Tribunal Federal.
- (D) o brasileiro nato não pode perder a cidadania brasileira.
- (E) aos portugueses com residência permanente no país são assegurados os mesmos direitos constitucionalmente assegurados aos brasileiros naturalizados, desde que haja, em Portugal, reciprocidade em favor dos brasileiros ali residentes permanentemente.

DIREITOS POLÍTICOS

DIREITOS POLÍTICOS

1.(FGV - INVESTIGADOR POLICIAL (PC RJ)/2022)

Maria, de nacionalidade brasileira nata, e João, de nacionalidade alemã nata, mas que estava residindo no território brasileiro, travaram intenso debate a respeito dos direitos de cada qual perante a Constituição da República de 1988.

Ao final, concluíram, corretamente, que:

- (A) somente Maria é cidadã, requisito para a fruição dos direitos fundamentais;
- (B) somente Maria possui direitos fundamentais e pode ter direitos políticos;
- (C) João tem direitos idênticos aos de Maria, desde que haja reciprocidade na Alemanha;
- (D) somente Maria pode ter direitos políticos, embora ela e João possuam direitos fundamentais;
- (E) Maria e João possuem direitos idênticos sob o prisma constitucional, mas a lei pode restringir os direitos de João.

2.(FGV - INVESTIGADOR POLICIAL (PC RJ)/2022)

O Partido Político Alfa, pela primeira vez em sua história, teve filiados eleitos para cargos eletivos do Congresso Nacional.

Para que esse partido faça jus aos recursos do fundo partidário, preenchidos os demais requisitos exigidos, é necessário que, nas eleições para:

- (A) o Senado Federal, tenha elegido pelo menos três senadores;
- (B) a Câmara dos Deputados, tenha elegido pelo menos quinze deputados federais;
- (C) o Congresso Nacional, considerado em sua inteireza, tenha elegido pelo menos quinze parlamentares;
- (D) a Câmara dos Deputados e para o Senado Federal, tenha elegido pelos menos três parlamentares em cada Casa;
- (E) a Câmara dos Deputados e para o Senado Federal, tenha elegido pelos menos cinco parlamentares em cada Casa.

3.(FGV - OAB UNIFICADO - NACIONAL/2022/XXXIV EXAME)

Faltando um ano e meio para a eleição dos cargos políticos federais e estaduais, é promulgada pelo Presidente da República uma lei que estabelece diversas alterações no processo eleitoral. Alguns partidos políticos se insurgem, alegando ser inconstitucional que essa lei produza efeitos já na próxima eleição. Afirmam que uma nova lei eleitoral não pode ser aplicada na eleição imediata, pois isso contrariaria o princípio da anterioridade.

No que tange à discussão referida, a possibilidade de a referida lei produzir efeitos já nas próximas eleições é

- (A) constitucional, já que o lapso temporal, entre a data de entrada em vigor da lei e a data da realização da próxima eleição, não afronta a regra temporal imposta pela Constituição Federal.
- (B) inconstitucional, por violação expressa ao princípio da anterioridade da legislação eleitoral, nos limites que a Constituição Federal de 1988 a ele concedeu.
- (C) inconstitucional, porque qualquer alteração do processo eleitoral somente poderia vir a ocorrer por via do poder constituinte derivado reformador.
- (D) constitucional, pois a Constituição Federal não impõe ao legislador qualquer limite temporal para a realização de alteração no processo eleitoral.

4.(FADESP - CURSO DE HABILITAÇÃO DE OFICIAIS (PM PA)/ADMINISTRAÇÃO /"SEM ESPECIALIDADE"/2022/QOAPM (E MAIS 2 CONCURSOS)

Sobre os direitos políticos na Constituição Federal do Brasil de 1988 é certo afirmar que

- (A) o alistamento militar não é condição de elegibilidade.
- (B) o alistamento eleitoral não é condição de elegibilidade.
- (C) o alistamento eleitoral é obrigatório aos maiores de dezesseis anos.
- (D) os conscritos podem alistar-se como eleitores.

5.(SELECON - AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIO (DEPEN MG)/2022)

João, brasileiro, 66 anos de idade, analfabeto, aposentado, e seu neto, Rodrigo, brasileiro, 17 anos de idade, aluno do ensino médio, estudam sobre pré-candidatos aos cargos de Senador da República e Deputado Federal. André, brasileiro, 43 anos, engenheiro, pretende se candidatar ao cargo de Senador e Bernardo, espanhol, 22 anos, advogado, para o de Deputado Federal. Diante disso, no tocante à capacidade eleitoral ativa e passiva, é correto afirmar que:

- (A) o voto para João é obrigatório
- (B) Bernardo não pode se candidatar ao cargo de Deputado Federal
- (C) Rodrigo tem idade obrigatória para votar
- (D) André não tem condições de se candidatar ao cargo de Senador

6.(AOCP - ASSISTENTE EM PREVIDÊNCIA (IPE PREV)/2022)

Analise o seguinte caso hipotético:

Determinado empresário, com grande influência política em âmbito nacional, deseja se candidatar ao cargo de Presidente da República nas eleições do ano de 2022. À luz das disposições constitucionais, é condição de elegibilidade, para o cargo de Presidente da República, a idade mínima de

- (A) 18 (dezoito) anos.
- (B) 21 (vinte e um) anos.
- (C) 24 (vinte e quatro) anos.
- (D) 30 (trinta) anos.
- (E) 35 (trinta e cinco) anos.

7.(CEBRASPE (CESPE) - AUDITOR FISCAL DE CONTROLE EXTERNO (TCE-SC)/ADMINISTRAÇÃO/2022)

Julgue o próximo item, a respeito das práticas na administração pública brasileira.

Ação popular, plebiscito e audiência pública são exemplos de formas de controle legislativo na administração pública.

- () CERTO
- () ERRADO

8.(IBFC - ALUNO SOLDADO COMBATENTE (CBM AC)/2022)

A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos. Assinale a alternativa que apresenta uma forma de exercício de soberania popular, além das formas supracitadas.

- (A) Direito de reunião
- (B) Emenda constitucional
- (C) Iniciativa popular
- (D) Mandado de segurança individual

9.(FGV - INVESTIGADOR DE POLÍCIA (PC AM)/4ª CLASSE/2022)

Joaquim, policial civil, pretende concorrer ao cargo eletivo de Prefeito nas próximas eleições municipais, mas tem dúvidas a respeito das consequências de sua eleição em relação ao cargo de provimento efetivo que já ocupava.

Ao consultar um profissional da área, foi-lhe informado corretamente que, caso eleito, Joaquim

- (A) será demitido.
- (B) será aposentado.
- (C) passará para a reserva remunerada.
- (D) ficará afastado do seu cargo durante o mandato eletivo.
- (E) continuará no cargo caso haja compatibilidade de horários.

10.(CEBRASPE (CESPE) - TÉCNICO EM GESTÃO DE TELECOMUNICAÇÕES (TELEBRAS)/ASSISTENTE ADMINISTRATIVO/2022)

Acerca de noções de cidadania, julgue o item que se segue.

A Constituição Federal de 1988 garantiu a ampliação da cidadania ao instituir o voto obrigatório para todos os cidadãos e cidadãs, sem qualquer restrição.

- () CERTO
- () ERRADO

11.(FGV - ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA FAZENDA ESTADUAL (SEFAZ AM)/2022 (E MAIS 4 CONCURSOS))

Maria, de nacionalidade portuguesa, tem residência permanente no Brasil há pouco mais de duas décadas. Como pretende concorrer a um cargo eletivo, procurou um(a) advogado(a) e solicitou informações a respeito dessa possibilidade.

O(A) advogado(a) respondeu corretamente que Maria, à luz da ordem constitucional, com observância das condicionantes que sejam estabelecidas em tratado internacional,

PARTIDOS POLÍTICOS

PARTIDOS POLÍTICOS

1. (CESPE / CEBRASPE - 2021 - PGE-PB - PROCURADOR DO ESTADO)

Com base no disposto na Constituição Federal, julgue os seguintes itens, relativos a direitos políticos e partidos políticos.

I Direito político passivo corresponde ao direito do eleitor de votar.

II O cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado implica perda dos direitos políticos.

III Em se tratando de eleições proporcionais, o mandato pertence ao candidato eleito, e não ao partido político sob cuja legenda o candidato disputou o processo eleitoral.

Assinale a opção correta.

- (A) Apenas o item I está certo.
- (B) Apenas o item II está certo.
- (C) Apenas os itens I e III estão certos.
- (D) Apenas os itens II e III estão certos.
- (E) Todos os itens estão certos.

2. (CESPE - 2018 - TCE-MG - ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO - CIÊNCIAS CONTÁBEIS)

De acordo com a Constituição Federal de 1988, é assegurada a todos os partidos políticos

- (A) a utilização de organização paramilitar.
- (B) a recepção de recursos financeiros de entidade estrangeira, desde que declarados.
- (C) a obtenção de recursos do fundo partidário para custear o acesso a rádio e televisão.
- (D) a aquisição de personalidade jurídica na forma da lei civil.
- (E) a vinculação entre candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal.

3. (CESPE - 2018 - PGM - JOÃO PESSOA - PB - PROCURADOR DO MUNICÍPIO)

De acordo com a CF, os partidos políticos são

- (A) pessoas jurídicas de direito público às quais é vedado o recebimento de recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros.

(B) pessoas jurídicas de direito público às quais é assegurada autonomia para definir sua estrutura interna e para estabelecer regras sobre escolha, formação e duração de seus órgãos permanentes e provisórios.

(C) pessoas jurídicas de direito público às quais é assegurada autonomia para adotar critérios de escolha e regime de suas coligações nas eleições majoritárias, desde que observada vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal.

(D) pessoas jurídicas de direito privado às quais é assegurada autonomia para adotar critérios de escolha e regime de suas coligações nas eleições majoritárias, sem obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal.

(E) pessoas jurídicas de direito privado às quais é permitido o recebimento de recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiro, nos termos da lei.

4. (CESPE - 2017 - TRE-TO - TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA)

Os partidos políticos

- (A) são pessoas jurídicas de direito privado.
- (B) dependem de autorização do Congresso Nacional para estruturar seu funcionamento.
- (C) podem ministrar instrução militar ou paramilitar.
- (D) adquirem personalidade jurídica com o registro do estatuto social no TSE.
- (E) devem submeter sua estrutura interna para aprovação do TSE.

5. (ESAF - 2008 - PREFEITURA DE NATAL - RN - AUDITOR DO TESOIRO MUNICIPAL - PROVA 1)

Assinale a opção correta acerca dos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal.

- (A) O exercício dos direitos sociais como educação, saúde, trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância, assistência aos desamparados, depende da existência de lei disciplinando cada um desses direitos.
- (B) É assegurada licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de 180 dias.

(C) É assegurada assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 24 anos de idade, em creches e, de acordo com a idade e a evolução pessoal, em estabelecimentos de ensino fundamental, de ensino médio e de ensino superior.

(D) Proíbe-se trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

(E) Aos partidos políticos é assegurada autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento e para adotar os critérios de escolha e o regime de suas coligações eleitorais, com obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal, devendo seus estatutos estabelecer normas de disciplina e fidelidade partidária.

6. (FCC - 2021 - DPE-BA - DEFENSOR (A) PÚBLICO (A))
Os partidos políticos brasileiros, conforme regulados na normativa vigente,

(A) poderão ter caráter nacional ou territorial, neste último caso desde que com representação em, ao menos, dez Estados da Federação.

(B) poderão receber recursos financeiros de entidades, nacionais ou estrangeiras, que tiverem como finalidade a defesa do regime democrático.

(C) deverão registrar seus estatutos no Tribunal Regional Eleitoral de sua sede principal, após adquirirem personalidade jurídica.

(D) poderão adotar o regime de suas coligações nas eleições majoritárias, vedada a sua celebração nas eleições proporcionais, sem obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal.

(E) terão direito ao fundo partidário se obtiverem mínimo de 2% dos votos válidos nas eleições da Câmara dos Deputados, distribuídos em pelo menos um quinto das unidades da Federação, com um mínimo de 3% dos votos válidos em cada uma delas.

7. (FCC - 2018 - ALESE - TÉCNICO LEGISLATIVO - TAQUIGRAFIA)

Consoante às disposições relativas aos partidos políticos, a Constituição Federal estabelece:

(A) Os partidos políticos, após adquirirem personalidade jurídica, na forma da lei civil, registrarão seus estatutos no Supremo Tribunal Federal.

(B) É assegurada aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna e estabelecer regras sobre escolha, formação e duração de seus órgãos permanentes e provisórios e sobre sua organização e funcionamento, devendo, no entanto, seus estatutos estabelecer normas de disciplina partidária.

(C) É livre a criação de partidos políticos de caráter regional.

(D) É permitido aos partidos políticos o recebimento de recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros, desde que prestem contas ao Tribunal Superior Eleitoral, na forma da lei.

(E) É permitida a utilização pelos partidos políticos de organização paramilitar.

8. (FCC - 2017 - TRF - 5ª REGIÃO - TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA)

Fernando, um dos fundadores do partido político “Força e Fé”, deseja fundi-lo ao partido político “Força e Crença”, cuja proposta programática é complementar à sua. Visa, ainda, buscar novas fontes de financiamento da atividade partidária, cogitando, para tanto, contar com o apoio de entidade ou governo estrangeiros. Em conformidade com a Constituição Federal, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo e os direitos fundamentais da pessoa humana, a

(A) referida fusão é livre, sendo proibido, contudo, o recebimento de recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros ou a subordinação a estes.

(B) referida fusão é livre, sendo permitido, ainda, o recebimento de recursos financeiros de governo estrangeiro, bem como a subordinação a este, desde que respeitada a legislação pátria.

(C) criação, a incorporação e a extinção de partidos políticos são livres, mas é proibida a referida fusão, sendo permitido o recebimento de recursos financeiros de entidade estrangeira, embora proibida a subordinação a esta.

(D) criação e a extinção de partidos políticos são livres, mas são proibidas a referida fusão ou a incorporação, sendo ainda proibido o recebimento de recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros ou a subordinação a estes.

(E) referida fusão é livre, sendo permitido o recebimento de recursos financeiros de governo estrangeiro, mas proibido o de entidades estrangeiras, assim como a subordinação a estas.

9. (FCC - 2017 - TRT - 24ª REGIÃO (MS) - TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA)

A Constituição Federal assegura aos Partidos Políticos

(A) recursos do fundo partidário limitado a cinco vezes a participação do partido político no Congresso Nacional, bem como o acesso oneroso ao rádio e à televisão.

(B) autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento e para adotar os critérios de escolha e o regime de suas coligações elei-

ORGANIZAÇÃO DOS PODERES

ORGANIZAÇÃO DOS PODERES

1. (CESPE / CEBRASPE - 2022 - PC-RJ - DELEGADO DE POLÍCIA)

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 2.º, adota a tradicional separação de Poderes. Assim, o legislador constituinte garantiu relativa independência a cada um dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, como mecanismo apto a assegurar os fundamentos do Estado democrático de direito. Considerando que as constituições escritas foram concebidas com o objetivo precípuo de fixar instrumentos normativos de limitação do poder estatal, assinale a opção correta.

(A) A separação de Poderes está fundamentada no princípio da interdependência funcional: apesar da especialização dos Poderes, existe uma subordinação das funções executiva e jurisdicional ao Poder Legislativo, em razão do que dispõe o art. 1.º da Constituição Federal de 1988, ao estabelecer que a República Federativa do Brasil constitui-se em Estado democrático de direito.

(B) A especialização funcional confere a cada um dos Poderes do Estado uma função precípua, que a doutrina denomina de função harmônica. Assim, embora o Poder Executivo disponha da função executiva, poderá exercer funções típicas dos Poderes Legislativo e Judiciário, caso haja autorização do Senado Federal, conforme previsto no art. 52 da Constituição Federal de 1988.

(C) Em razão da necessária harmonia entre os Poderes, o Poder Judiciário exerce sua função típica voltada para a atividade jurisdicional, solucionando as lides que lhes são apresentadas, mas também poderá exercer a função atípica de legislar, contanto que observe as regras do processo legislativo previstas no art. 59 e seguintes da Constituição Federal de 1988.

(D) Em razão da independência orgânica, os membros do Poder Legislativo gozam das denominadas imunidades parlamentares, com um conjunto de prerrogativas que lhes permitem atuar com independência no exercício da fiscalização do Poder Executivo.

(E) Em razão do disposto no art. 2.º da Constituição Federal de 1988, tanto a independência orgânica quanto a especialização funcional, típicas da divisão dos Poderes, devem ser exercidas de forma absoluta, afastando-se a possibilidade do exercício das funções chamadas atípicas por qualquer dos Três Poderes.

2. (CESPE / CEBRASPE - 2021 - TJ-RJ - TÉCNICO JUDICIÁRIO)

No que se refere a controle judicial dos atos administrativos, mandado de segurança, ação popular e ação civil pública, julgue os itens seguintes.

I Ato do Poder Judiciário que examine atos do Poder Legislativo, sob o aspecto da legalidade e da moralidade, não fere o princípio de independência dos poderes.

II Caberá mandado de segurança contra decisão de juízo de primeiro grau que indefira petição inicial em uma ação de rito comum.

III A ação popular constitui-se de um instrumento processual apropriado para anular desvios de recursos públicos praticados por gestores de autarquias e empresas públicas estaduais no exercício dessa função.

IV Qualquer pessoa física capaz tem legitimidade para propor ação civil pública, com o objetivo de proteger o patrimônio público, o meio ambiente e o patrimônio artístico, histórico, turístico e paisagístico.

Assinale a opção correta.

(A) Apenas os itens I e II estão certos.

(B) Apenas os itens I e III estão certos.

(C) Apenas os itens I, II e III estão certos.

(D) Apenas os itens II, III e IV estão certos.

(E) Todos os itens estão certos.

3. (CESPE / CEBRASPE - 2019 - MPC-PA - ANALISTA MINISTERIAL - COMUNICAÇÃO SOCIAL)

Tendo em vista a doutrina dos freios e contrapesos e o princípio constitucional de que os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário são independentes e harmônicos entre si, é correto afirmar que interferências de um Poder sobre outro são

(A) totalmente vedadas pela Constituição Federal de 1988, que dispõe que cada Poder deve exercer funções exclusivas: o Executivo administra; o Legislativo legisla; e o Judiciário julga.

(B) autorizadas pela Constituição Federal de 1988 quando legítimas, como, por exemplo, a possibilidade de veto do Poder Executivo a projetos de lei do Poder Legislativo.

(C) previstas exclusivamente em legislação ordinária, como, por exemplo, a possibilidade de controle judicial sobre atos administrativos do Poder Executivo.

(D) amplamente autorizadas pela Constituição Federal de 1988, sobretudo quando ocorre abuso de um dos Poderes, caso em que os demais Poderes podem adotar as formas de controle cabíveis, entre as previstas em lei.

(E) permitidas pela Constituição Federal de 1988 quando legítimas, como, por exemplo, o controle judicial de ofício sobre projetos de lei do Poder Legislativo.

4. (CESPE - 2019 - CGE - CE - AUDITOR DE CONTROLE INTERNO - FOMENTO AO CONTROLE SOCIAL)
Acerca da repartição de poderes, assinale a opção correta.

(A) No Estado democrático, a existência de instância acima dos Poderes e incumbida de impedir a prevalência de um sobre os demais é condição necessária para assegurar a efetiva separação e independência dos Poderes.

(B) A independência dos Poderes é pressuposto próprio do federalismo enquanto forma de organização do Estado.

(C) A existência de mecanismos de promoção de equilíbrio entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário favorece a estabilidade política no Estado democrático.

(D) A separação dos Poderes tem como objetivo fundamental assegurar a independência do Legislativo e do Judiciário e protegê-los da hipertrofia e incontestável influência do Executivo.

(E) A doutrina da separação dos Poderes rompeu com a noção de unicidade e indivisibilidade do poder do Estado, enfraquecendo-o enquanto forma de organização política e jurídica.

5. (ESAF - 2016 - FUNAI - CONHECIMENTOS GERAIS)

O sistema de freios e contrapesos consagra o princípio do controle no Estado. Em relação ao controle sobre os atos da administração pública existentes na gestão pública contemporânea no Brasil, é incorreto apontar:

(A) Controle parlamentar, a partir da fiscalização do Poder Legislativo sobre os atos do Poder Executivo.

(B) Controle judiciário, com mecanismos de auditoria operacional via tribunais de contas.

(C) Controle procedimental clássico, com a averiguação da legalidade dos atos governamentais, realizado interna ou externamente.

(D) Controle pela lógica dos resultados, com avaliação a partir de metas estabelecidas previamente, realizado interno ou externamente.

(E) Controle social, a partir de instrumentos de transparência e espaços para participação social que permitam o monitoramento e a avaliação das políticas públicas.

6. (ESAF - 2015 - ESAF - ANALISTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO - CONHECIMENTOS GERAIS)

No tocante à organização do Estado Brasileiro, é incorreto afirmar que:

(A) o Brasil adota princípio de separação de Poderes que pode ser caracterizado como flexível.

(B) a Constituição Federal criou mecanismos de freios e contrapesos, que permitem a materialização da harmonia entre os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, como, por exemplo, a possibilidade do veto às leis pelo chefe do Poder Executivo.

(C) diferentemente do Parlamentarismo, no Presidencialismo o chefe do Poder Executivo acumula as funções de Chefe de Estado e de Chefe de Governo, além de cumprir mandato fixo, sem precisar depender da confiança do Poder Legislativo para sua investidura ou para o exercício de seu cargo.

(D) no modelo de Estado federativo previsto na Constituição Federal, os Estados-Membros possuem soberania e autonomia financeira, administrativa e política.

(E) a eletividade e a temporalidade do mandato do chefe do Poder Executivo, bem como seu dever de prestar contas de seus atos, são características da forma de governo republicana adotada no Brasil.

7. (ESAF - 2013 - MF - TODOS OS CARGOS - CONHECIMENTOS BÁSICOS)

Assinale a opção incorreta.

(A) O sistema de freios e contrapesos não importa em subordinação de um poder a outro, mas diz respeito a mecanismos de limitação de um poder pelo outro previstos constitucionalmente, de modo a assegurar a harmonia e o equilíbrio entre eles.

(B) É exemplo de mecanismo de freios e contrapesos o poder de veto conferido ao Chefe do Poder Executivo em relação a projetos de lei aprovados pelo Congresso Nacional.

(C) O veto imposto pelo Chefe do Poder Executivo pode ser derrubado por meio do voto da maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional, em sessão conjunta.

(D) Compete ao Presidente da República, dentro do sistema de freios e contrapesos previsto constitucionalmente, escolher e nomear os Ministros do

PODER LEGISLATIVO

PODER LEGISLATIVO

1.(FADESP - TÉCNICO LEGISLATIVO (CM MARABÁ)/2021)

Sobre o poder legislativo na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, pode-se afirmar que

- (A) cada legislatura tem duração de quatro anos.
- (B) o Senado Federal é composto por quatro senadores eleitos por cada Estado e pelo Distrito Federal.
- (C) o Senado Federal é composto por três senadores eleitos por cada Estado e um senador eleito pelo Distrito Federal.
- (D) o Senado Federal é composto por dois senadores eleitos por cada Estado e um senador eleito pelo Distrito Federal.
- (E) o Senado Federal é composto por dois senadores eleitos por cada Estado e pelo Distrito Federal.

2.(IESES - NOTÁRIO E REGISTRADOR (TJ RO)/REMOÇÃO/2021)

O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe do(a):

- I. Assembleia Legislativa.
- II. Câmara dos Deputados.
- III. Senado Federal.
- IV. Câmara de Vereadores.

A sequência correta é:

- (A) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
- (B) As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
- (C) Apenas a assertiva I está incorreta.
- (D) Apenas as assertivas II e III estão corretas.

3.(FCC - AGENTE DE FOMENTO EXTERNO (AFAP)/2019)

Considerando os dispositivos constitucionais a respeito do Poder Legislativo,

- (A) o Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, eleitos segundo o princípio majoritário.

(B) cada unidade da Federação com representação no Senado Federal elegerá 3 Senadores, com mandato de 8 anos.

(C) a Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema majoritário, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal.

(D) o número de representantes de cada unidade da Federação na Câmara dos Deputados será estabelecido de forma paritária, por meio de lei complementar, no ano anterior às eleições, a fim de garantir o equilíbrio da Federação.

(E) cada Senador será eleito com 3 suplentes.

4.(CEBRASPE (CESPE) - ASSISTENTE DE PROCURADORIA (PGE PE)/2019)

A respeito dos direitos políticos e dos partidos políticos, julgue o item seguinte.

A adoção do modelo proporcional em eleições de deputados fere o princípio da eleição direta, pois a eleição de um deputado não deve depender dos votos recebidos por outros candidatos do partido ou por sua legenda

- () CERTO
- () ERRADO

5.(IBADE - AGENTE DE DEFESA CIVIL (PREF JARU)/2019)

Segundo a organização dos poderes na Constituição Federal, o Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe:

- (A) da Câmara dos Lordes e do Senado da República.
- (B) da Câmara de Vereadores e do Senado da República.
- (C) da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.
- (D) apenas da Câmara dos Deputados.
- (E) apenas do Senado Federal.

6.(IBFC - GUARDA MUNICIPAL (PREF CAB STO AGOSTINHO)/3ª CLASSE/2019)

Conforme a Constituinte de 1988, o Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e cada legislatura terá a duração de quatro anos. Analise as afirmativas abaixo que tratam sobre o Poder Legislativo Constitucional e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

() O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário.

() Cada Estado e o Distrito Federal elegerão três Senadores, com mandato de oito anos.

() Cada Senador será eleito com um suplente.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

(A) F, V, F

(B) F, V, V

(C) V, F, V

(D) V, V, F

7.(IBFC - ADVOGADO JÚNIOR (EMDEC)/2019)

A respeito das disposições da Constituição Federal de 1988, sobre o Poder Legislativo, analise as afirmativas abaixo e dê valores de Verdadeiro (V) ou Falso (F).

() O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

() A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema proporcional, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal.

() Cada Território elegerá três deputados, sendo um suplente.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

(A) V, V, V

(B) V, V, F

(C) F, F, V

(D) F, V, F

8.(VUNESP - PROCURADOR (PREF SJC)/2019)

A Constituição Federal, sobre o Poder Legislativo, estabelece que

(A) é de competência exclusiva do Senado Federal sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.

(B) salvo disposição constitucional em contrário, as deliberações de cada Casa e de suas comissões serão tomadas por maioria dos votos, presente a maioria absoluta de seus membros.

(C) é de competência exclusiva do Congresso Nacional autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado.

(D) os Deputados e Senadores, desde a posse, serão submetidos a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal.

9.(AOCP - ASSISTENTE DE ADMINISTRAÇÃO (FUNPAPA)/2018 (E MAIS 1 CONCURSO))

No tocante ao Poder Legislativo, assinale a alternativa correta.

(A) Possui como incumbência exclusiva a função legislativa.

(B) No âmbito federal, o poder legislativo é caracterizado pelo unicameralismo.

(C) O Senado Federal compõe-se de representantes do povo, eleitos segundo o princípio majoritário.

(D) Os Deputados Federais são eleitos para uma legislatura, isto é, para 4 (quatro) sessões legislativas.

(E) Cada Estado e o Distrito Federal elegerão 2 (dois) Senadores, com mandato de oito anos.

10.(CEBRASPE (CESPE) - AUXILIAR INSTITUCIONAL (IPHAN)/ÁREA 1/2018)

Acerca da organização dos poderes do Estado, julgue o item subseqüente.

O número de deputados e de senadores é definido em lei de acordo com o número de habitantes de cada Estado e do Distrito Federal.

() CERTO

() ERRADO

11.(FUNRIO - PROCURADOR DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RORAIMA/2018)

Observando que o processo legislativo federal brasileiro é litúrgico, o certo é que as leis devem cumprir todos os requisitos formais para sua criação, sob pena de serem normas formalmente inconstitucionais.

PODER EXECUTIVO

PODER EXECUTIVO

1. (CESPE / CEBRASPE - 2021 - AL-CE - ANALISTA LEGISLATIVO - CONSULTORIA TÉCNICA LEGISLATIVA)

De acordo com a CF, são crimes de responsabilidade os atos do presidente da República que atentem contra I o exercício dos direitos sociais.

II o cumprimento das decisões judiciais.

III o livre exercício dos poderes constitucionais dos estados.

IV o poder de polícia judiciária.

V a organização e o funcionamento da administração federal.

Estão certos apenas os itens

(A) I e II.

(B) III e V.

(C) I, II e III.

(D) III, IV e V.

(E) I, III e IV.

2. (CESPE / CEBRASPE - 2021 - TJ-RJ - ANALISTA JUDICIÁRIO - COMISSÁRIO DE JUSTIÇA DA INFÂNCIA, DA JUVENTUDE E DO IDOSO)

Acerca do que dispõe a CF sobre o Poder Executivo, assinale a opção correta.

(A) As competências do vice-presidente da República estão previstas em rol taxativo no texto constitucional.

(B) No caso de vacância dos cargos de presidente e vice-presidente da República, caberá ao Congresso Nacional a eleição durante todo o período presidencial.

(C) Caberá à Câmara dos Deputados o juízo de admissibilidade da acusação contra o presidente da República, tanto nas infrações penais comuns quanto nos crimes de responsabilidade.

(D) Em qualquer hipótese, poderá o presidente da República extinguir cargos públicos por meio de decreto.

(E) Em razão dos preceitos de segurança nacional, são indelegáveis as atribuições do presidente da República.

3. (CESPE / CEBRASPE - 2021 - TJ-RJ - ANALISTA JUDICIÁRIO - SEM ESPECIALIDADE)

Acerca do que dispõe a CF sobre o Poder Executivo, assinale a opção correta.

(A) As competências do vice-presidente da República estão previstas em rol taxativo no texto constitucional.

(B) No caso de vacância dos cargos de presidente e vice-presidente da República, caberá ao Congresso Nacional a eleição durante todo o período presidencial.

(C) Em qualquer hipótese, poderá o presidente da República extinguir cargos públicos por meio de decreto.

(D) Caberá à Câmara dos Deputados o juízo de admissibilidade da acusação contra o presidente da República, tanto nas infrações penais comuns quanto nos crimes de responsabilidade.

(E) Em razão dos preceitos de segurança nacional, são indelegáveis as atribuições do presidente da República.

4. (CESPE / CEBRASPE - 2021 - AL-CE - TÉCNICO LEGISLATIVO)

Com base na CF, julgue os itens a seguir.

I Ao ser instaurado um processo por crime de responsabilidade do presidente da República, este terá um rito bifásico, no qual a Câmara dos Deputados realiza o juízo de admissibilidade, com aprovação de abertura de processo por dois terços de seus membros.

II Autorizada a abertura do processo por crime de responsabilidade do presidente da República pela Câmara dos Deputados, de modo imediato, ocorrerá o afastamento do referido presidente pelo prazo de 180 dias.

III Compete privativamente ao Senado Federal em sessões presididas pelo presidente do Supremo Tribunal Federal processar e julgar o presidente da República.

Assinale a opção correta.

(A) Somente os itens I e II estão certos.

(B) Somente os itens I e III estão certos.

(C) Somente os itens II e III estão certos.

(D) Somente o item I está certo.

(E) Todos os itens estão certos.

5. (CESGRANRIO - 2012 - INNOVA - ADVOGADO JÚNIOR)

O Presidente da República, no exercício do poder regulamentar, editou decreto visando à fiel execução de uma lei. Contudo, o decreto presidencial exorbitou os limites legais e acabou por criar deveres aos seus destinatários sem previsão legal.

Nessa situação, especificamente em relação aos dispositivos do decreto que exorbitaram os limites da lei, caberá

- (A) cassação pelo Poder Executivo Federal
- (B) revogação pelo Tribunal de Contas da União
- (C) revogação pelo Poder Judiciário
- (D) sustação pelo Congresso Nacional
- (E) sustação pelo Advogado-Geral da União

6. (CESGRANRIO - 2010 - BNDES - ADVOGADO)

Considere a afirmativa a seguir.

Ao Presidente da República compete dispor, mediante Decreto, sobre organização e funcionamento da administração federal - quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos -, e sobre extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos. A análise dessa afirmativa conduz à conclusão de que é

- (A) correta porque os casos mencionados são regulados por Decreto autônomo.
- (B) incorreta porque o Decreto é ato normativo destinado apenas a regulamentar as leis.
- (C) incorreta porque a competência para dispor sobre ambas as matérias é privativa do Congresso Nacional.
- (D) incorreta porque são matérias reservadas à Lei complementar.
- (E) incorreta apenas em relação à extinção de funções ou cargos públicos.

7. (CESGRANRIO - 2010 - BACEN - TÉCNICO DO BANCO CENTRAL - AREA 1)

De acordo com a Constituição, o Poder Executivo da União é exercido pelo Presidente da República auxiliado pelos Ministros de Estado. A esse respeito, considere as proposições a seguir.

I - Os Ministros do STF têm o dever constitucional de auxiliar o Presidente da República.

II - O Ministro da Fazenda é nomeado pelo Presidente da República, mas só pode ser exonerado após aprovação do Senado Federal.

III - A Constituição atribui ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, competência para dispor sobre criação e extinção de Ministérios.

Está(ao) correta(s) APENAS a(s) proposição(ões)

- (A) I.
- (B) I e II
- (C) I e III
- (D) II
- (E) III

8. (CESGRANRIO - 2006 - DNPM - TÉCNICO ADMINISTRATIVO - INFORMÁTICA)

As afirmativas abaixo sobre Ministros de Estado estão todas corretas, **EXCETO** uma. Assinale-a.

- (A) Estar no exercício dos direitos políticos é requisito fundamental para ser escolhido Ministro de Estado.
- (B) Somente brasileiros podem ser Ministros de Estado.
- (C) Um Ministro de Estado é necessariamente maior de trinta e cinco anos.
- (D) Os Ministros de Estado são nomeados e exonados, privativamente, pelo Presidente da República.
- (E) Os Ministros de Estado auxiliam o Presidente da República na direção superior da Administração Federal.

9. (ESAF - 2016 - ANAC - ANALISTA ADMINISTRATIVO - CONHECIMENTOS BÁSICOS - ÁREAS 1 E 2)

Nos termos da Constituição Federal, caso um Presidente da República cometa crime que afronte a lei orçamentária, será competente para julgá-lo, visto tratar-se de crime de responsabilidade, o(a)

- (A) Senado Federal.
- (B) Supremo Tribunal Federal.
- (C) Congresso Nacional.
- (D) Câmara dos Deputados..
- (E) Conselho Nacional de Justiça.

10. (ESAF - 2014 - MTUR - TODOS OS CARGOS - CONHECIMENTOS BÁSICOS)

Sobre o Poder Executivo, é correto afirmar que:

- (A) compete ao Presidente da República iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos em Lei Complementar.
- (B) ao Presidente da República, compete expedir instruções para a execução das leis, decretos e regulamentos.
- (C) compete ao Conselho da República decretar e executar a intervenção federal.
- (D) consta, entre as competências do Conselho de Segurança Nacional, praticar os atos pertinentes às atribuições que lhe forem outorgadas ou delegadas pelo Presidente da República.
- (E) compete ao Presidente da República remeter mensagem e plano de governo ao Congresso Nacional por ocasião da abertura da sessão legislativa, expondo a situação do País e solicitando as providências que julgar necessárias.

PODER JUDICIÁRIO

PODER JUDICIÁRIO

1.(QUADRIX - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO (CRF AP)/2021)

O Brasil adotou a clássica teoria da tripartição das funções do Estado, sendo essas funções divididas entre Poderes devidamente organizados, independentes e harmônicos entre si. No que se refere ao Estado brasileiro e a seus Poderes estruturais, julgue o item.

Integram o Poder Judiciário os juízes de direito, os tribunais regionais, os tribunais superiores e o Ministério Público.

- () CERTO
() ERRADO

2.(FCC - ADVOGADO LEGISLATIVO (ALAP)/ATIVIDADE DE SERVIÇOS JURÍDICOS/PROCURADOR/2020)

- Não é órgão do Poder Judiciário o
(A) Superior Tribunal de Justiça Desportiva.
(B) Conselho Nacional de Justiça.
(C) Tribunal Militar instituído por lei.
(D) Superior Tribunal Militar.
(E) Tribunal Regional Eleitoral.

3.(INSTITUTO AOCF - ESCRIVÃO DE POLÍCIA (PC ES)/2019)

Quanto ao Poder Judiciário, a Constituição da República Federativa do Brasil prevê que

- (A) ao Poder Judiciário é assegurada autonomia administrativa, porém não é assegurada autonomia financeira.
(B) o Estatuto da Magistratura trata-se de Lei Ordinária de iniciativa do Supremo Tribunal Federal.
(C) são, dentre outros, órgãos do Poder Judiciário: o Conselho Nacional de Justiça, o Superior Tribunal de Justiça, o Tribunal Superior do Trabalho, os Tribunais e Juízes Eleitorais; os Tribunais e Juízes Militares.

(D) o quinto constitucional é a norma que prevê que um quinto dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais dos Estados, Distrito Federal e Territórios será composto por membros oriundos do Poder Executivo.

(E) o Supremo Tribunal Federal é composto por onze Ministros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela Câmara de Deputados.

4.(CEBRASPE (CESPE) - ANALISTA ADMINISTRATIVO DE PROCURADORIA (PGE PE)/CALCULISTA/2019 (E MAIS 3 CONCURSOS)

Ainda à luz da Constituição Federal de 1988, julgue o item subsequente.

São órgãos do Poder Judiciário, entre outros, os tribunais militares, o Tribunal Superior do Trabalho e os juízes eleitorais.

- () CERTO
() ERRADO

5.(FGV - TÉCNICO SUPERIOR ESPECIALIZADO (DPE RJ)/SERVIÇO SOCIAL/2019)

Compõem o Sistema de Justiça no Brasil:

- (A) Ministério Público, Promotoria e Defensoria Pública;
(B) Tribunal de Justiça, Varas Especiais e Código Penal;
(C) Ministério Público, Tribunal de Justiça e Defensoria Pública;
(D) Código Penal, Defensoria Pública e Promotoria;
(E) Conselho Nacional de Justiça, Procuradoria-Geral da República e Ministério Público.

6.(FCC - OFICIAL DE JUSTIÇA (TJ MA)/2019)

Considere os seguintes órgãos:

- I. Conselho Nacional de Justiça.
II. Tribunais Militares.
III. Ministério Público.
IV. Advocacia-Geral da União.
V. Tribunais Eleitorais.

Nos termos da Constituição Federal, integram o Poder Judiciário APENAS os referidos em

- (A) II e III.
- (B) I, III e V.
- (C) II, IV e V.
- (D) I e IV.
- (E) I, II e V.

7.(FCC - ASSISTENTE TÉCNICO DE DEFENSORIA (DPE AM)/ASSISTENTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO/2019)

São considerados pela Constituição Federal vigente órgãos do Poder Judiciário, dentre outros:

- (A) o Supremo Tribunal Federal, os Tribunais e Juízes Desportivos e os Tribunais e Juízes Federais.
- (B) o Superior Tribunal de Justiça, o Supremo Tribunal Federal e os Tribunais e Juízes de Paz.
- (C) os Tribunais e Juízes do Trabalho, os Tribunais e Juízes de Paz, os Tribunais e Juízes dos Estados, Distrito Federal e Territórios.
- (D) o Conselho Nacional de Justiça, os Tribunais e Juízes Eleitorais e os Tribunais e Juízes Militares.
- (E) o Conselho Nacional de Justiça, os Tribunais e Juízes Federais e os Tribunais e Juízes Desportivos.

8.(IBFC - PROCURADOR MUNICIPAL (PREF C STO AGOSTINHO)/2019)

A Constituição Federal determina que “são Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário”. Sobre o Poder Judiciário, assinale a alternativa correta.

- (A) É órgão do Poder Judiciário o Tribunal de Contas da União
- (B) É órgão do Poder Judiciário a Ordem dos Advogados do Brasil
- (C) É órgão do Poder Judiciário o Conselho Nacional de Justiça
- (D) É órgão do Poder Judiciário o Conselho Superior de Magistratura

9.(SEAP - ESTAGIÁRIO (TJ MG)/DIREITO/2018)

São órgãos do Poder Judiciário, EXCETO:

- (A) O Supremo Tribunal Federal e o Conselho Nacional de Justiça.
- (B) Os Tribunais e Juízes do Trabalho e os Tribunais e Juízes Eleitorais.
- (C) Os Tribunais e Juízes dos Estados e do Distrito Federal e Territórios.
- (D) Os Tribunais de Contas da União e os Tribunais Arbitrais.

10.(FCC - AGENTE DE FISCALIZAÇÃO À REGULAÇÃO DE TRANSPORTE (ARTESP)"/SEM ÁREA"/2017)

Trata-se de função típica do Poder Judiciário

- (A) a jurisdicional.
- (B) a edição de normas regimentais.
- (C) a concessão de férias aos seus membros e serventuários.
- (D) promover, na forma prevista na Constituição Federal, os cargos de juiz de carreira.
- (E) a edição de portarias e decretos.

11.(CONSULPLAN - OFICIAL JUDICIÁRIO (TJ MG)/COMISSÁRIO DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE/2017)

São órgãos do poder judiciário, EXCETO:

- (A) O Conselho Nacional de Justiça.
- (B) Os tribunais e juízes militares.
- (C) Os tribunais de contas.
- (D) O Superior Tribunal de Justiça.

12.(CONSULPLAN - OFICIAL JUDICIÁRIO (TJ MG)/COMISSÁRIO DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE/2017)

São órgãos do poder judiciário mineiro, EXCETO:

- (A) Juízes de Direito.
- (B) Juizados Especiais.
- (C) Tribunais do Júri.
- (D) Tribunais de Alçada.

13.(IBADE - AGENTE DE POLÍCIA CIVIL (PC AC)/2017 (E MAIS 2 CONCURSOS)

Sobre o Poder Judiciário, assinale a alternativa correta.

- (A) Compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar originariamente nos crimes comuns os Ministros de Estado.
- (B) A vitaliciedade, nos Tribunais, será adquirida após dois anos de efetivo exercício da atividade.
- (C) O magistrado pode ser removido por interesse público, mediante decisão da maioria simples dos membros do tribunal ao qual ele está alocado.
- (D) O Conselho Nacional de Justiça não é órgão do Poder Judiciário, pois exerce contrato externo sobre ele.
- (E) Os ministros do STF podem perder o cargo em condenação por crime de responsabilidade no Senado.

PROCESSO LEGISLATIVO

PROCESSO LEGISLATIVO

1.(SELECON - ANALISTA (PREF SÃO GONÇALO)/PROCESSUAL/2022)

Fernando Gibbs é servidor do Tribunal de Contas da União e atua na equipe que analisa as contas das autoridades do Executivo. Nos termos da Constituição Federal, o controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante:

- (A) análise aprofundada
- (B) encontro de cálculos
- (C) decisão fundamentada
- (D) parecer prévio

2.(VUNESP - TÉCNICO LEGISLATIVO (ALESP)"/SEM ÁREA"/2022)

O processo legislativo, conforme previsto no texto constitucional, compreende a elaboração, dentre outras espécies normativas, de

- (A) leis suplementares.
- (B) atos institucionais.
- (C) decretos executivos.
- (D) medidas exorbitantes.
- (E) resoluções.

3.(VUNESP - TÉCNICO LEGISLATIVO (ALESP)/ÁUDIO PAINEL/2022 (E MAIS 6 CONCURSOS)

O processo legislativo objetiva a criação de novo direito. Sobre o tema, é correto afirmar que

- (A) o projeto de lei deve ter início na Câmara dos Deputados, salvo se resulta de iniciativa de senador ou de comissão do Senado.
- (B) a iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação ao Senado Federal de projeto de lei suscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional.
- (C) em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato à Câmara Legislativa.

(D) a Câmara dos Deputados tem iniciativa privativa para apresentar projeto de lei visando dispor sobre a organização administrativa, a criação de cargos e remuneração de servidores do Tribunal de Contas da União.

(E) em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Senado Federal.

4.(VUNESP - ADVOGADO (DOCAS PB)/2022)

Considerando o disposto na Constituição Federal, assinale a alternativa correta a respeito do processo legislativo.

(A) Compete ao Presidente da República a iniciativa de projeto de lei para a criação e a extinção de cargos no Tribunal de Contas da União e a remuneração dos serviços auxiliares, bem como a fixação do subsídio de seus membros.

(B) São admissíveis emendas parlamentares ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias, ainda que acarretem aumento de despesas, desde que compatíveis com o plano plurianual.

(C) A iniciativa popular para deflagar o processo legislativo é restrita aos projetos de lei ordinária, não sendo permitida para dar início a projeto de lei complementar.

(D) A medida provisória aprovada, com ou sem alteração de mérito, por eventual emenda parlamentar, será enviada ao Presidente da República para promulgação.

(E) O Senado Federal, por meio de decreto legislativo, estabelecerá as alíquotas do ICMS aplicáveis às operações e prestações, interestaduais e de exportação.

5.(QUADRIX - TÉCNICO (CFT)/INDUSTRIAL/JÚNIOR/2021)

No que se refere à classificação das constituições, julgue o item.

A Constituição Federal de 1988 é considerada como flexível, razão pela qual ela pode ser modificada, mediante processo legislativo simples, por meio de lei complementar.

- () CERTO
() ERRADO

6.(IADES - ASSISTENTE LEGISLATIVO (ALEGO)/POLICIAL LEGISLATIVO/2019)

De acordo com o direito constitucional, o processo legislativo no âmbito federal envolve a elaboração de

- (A) regimento interno de Assembleia Legislativa.
(B) Constituição estadual.
(C) decreto estadual.
(D) lei municipal.
(E) emendas à Constituição.

7.(FGV - OAB UNIFICADO - NACIONAL/2019/XXIX EXAME)

Em 2005, visando a conferir maior estabilidade e segurança jurídica à fiscalização das entidades dedicadas à pesquisa e à manipulação de material genético, o Congresso Nacional decidiu discipliná-las por meio da Lei Complementar X, embora a Constituição Federal não reserve a matéria a essa espécie normativa. Posteriormente, durante o ano de 2017, com os avanços tecnológicos e científicos na área, entrou em vigor a Lei Ordinária Y prevendo novos mecanismos fiscalizatórios a par dos anteriormente estabelecidos, bem como derogando alguns artigos da Lei Complementar X.

Diante da situação narrada, assinale a afirmativa correta.

- (A) A Lei Ordinária Y é formalmente inconstitucional, não podendo dispor sobre matéria já tratada por Lei Complementar, em razão da superioridade hierárquica desta em relação àquela.
(B) Embora admissível a edição da Lei Ordinária Y tratando de novos mecanismos a par dos já existentes, a revogação de dispositivos da Lei Complementar X exigiria idêntica espécie normativa.
(C) A Lei Complementar X está inquinada de vício formal, já que a edição dessa espécie normativa encontra-se vinculada às hipóteses taxativamente elencadas pela Constituição Federal de 1988.
(D) A Lei Complementar X, por tratar de matéria a respeito da qual não se exige a referida espécie normativa, pode vir a ser revogada por Lei Ordinária posterior que verse sobre a mesma temática.

8.(IBADE - AGENTE DE DEFESA CIVIL (PREF JARU)/2019)

O Poder Legislativo é conhecido pela produção de leis, porém ele também cria diversas outras normas que passam a fazer parte do ordenamento jurídico. De acordo com a Constituição Federal, o processo legislativo compreende a elaboração, entre outros, de:

- (A) leis internacionais.
(B) emendas à Constituição.
(C) decretos presidenciais.
(D) resoluções do Tribunal de Justiça.
(E) pareceres administrativos.

9.(CONSULPLAN - COORDENADOR DO PROCESSO LEGISLATIVO (CM BH)/2018)

O processo legislativo guarda relação com o processo judicial, em especial, no que se refere a princípios aplicáveis a ambos, do qual é exemplo:

- (A) Imparcialidade.
(B) Devido processo legal.
(C) Duplo grau de jurisdição.
(D) Ampla defesa e contraditório.

10.(FUNDEP - PROMOTOR DE JUSTIÇA (MPE MG)/2018/LVI)

São espécies normativas previstas no artigo 59 da CR/88:

- (A) leis ordinárias, leis delegadas, decretos.
(B) decretos legislativos, portarias, emendas à Constituição.
(C) resoluções, decretos-leis, decretos legislativos.
(D) medidas provisórias, leis complementares, resoluções.

11.(FCC - PROCURADOR LEGISLATIVO (CL DF)/2018)

(...) podemos perfeitamente dizer que o regimento interno está para o processo legislativo assim como o Código de Processo Civil está para o processo judicial. Por conseguinte, assim como, no processo judicial, não pode o juiz diminuir o prazo dilatatório a cargo das partes, salvo por consentimento delas, não pode o relator das matérias e/ou presidente da Casa, simplesmente, determinar outros prazos fora das expressas exceções regimentais, apenas porque a maioria parlamentar assim o quer ou deseje.

(TAVARES, Sebastião G.M. Controle Jurisdicional

Preventivo da Lei. O devido processo legislativo. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006, p. 89)

Com base no trecho transcrito, é correto afirmar:
(A) A comparação entre processo legislativo e processo judicial é indevida por conta do princípio da separação dos poderes e dos escopos que logram alcançar.

FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA

FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA

1. (CESPE / CEBRASPE - 2022 - DPE-RO - OFICIAL DE DILIGÊNCIA)

Acerca do Ministério Público (MP), assinale a opção correta.

- (A) O MP é uma instituição única, embora tenha divisões funcionais.
- (B) A hierarquia no MP é funcional.
- (C) É permitida aos membros do MP a filiação partidária.
- (D) É permitido aos membros do MP em disponibilidade exercer outra função pública além do magistério.
- (E) No desempenho de suas funções, o MP está subordinado ao Supremo Tribunal Federal.

2. (CESPE / CEBRASPE - 2021 - TJ-RJ - TÉCNICO JUDICIÁRIO)

No que se refere às funções essenciais à justiça, é correto afirmar que a advocacia pública caracteriza-se por

- (A) prestar atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Legislativo.
- (B) auxiliar o Congresso Nacional na fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União.
- (C) buscar a realização dos interesses da sociedade.
- (D) ser inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei.
- (E) ser essencial à função jurisdicional do Estado e promover gratuitamente a orientação jurídica e a defesa dos necessitados.

3. (CESPE / CEBRASPE - 2021 - PGE-PB - PROCURADOR DO ESTADO)

Com base na Constituição Federal (CF) e na jurisprudência dos tribunais superiores, assinale a opção correta, no que se refere às funções essenciais à justiça.

- (A) A Advocacia-Geral da União é instituição que representa judicial e extrajudicialmente a União e as empresas públicas e sociedades de economia mista federais.
- (B) É inconstitucional emenda à Constituição estadual que trate de normas gerais para a organização do Ministério Público, bem como de atribuições de seus órgãos e membros.

(C) É constitucional o pagamento de honorários sucumbenciais aos procuradores dos estados, sendo o entendimento do STF pacífico no sentido de que esses não se sujeitam ao limite remuneratório previsto na CF, por se tratar de verba indenizatória.

(D) A jurisprudência pacífica do STJ entende que os defensores públicos necessitam de inscrição na OAB para exercerem suas atribuições, salvo aqueles que ingressaram antes da Constituição Federal de 1988.

(E) As procuradorias de estado têm autonomia administrativa e financeira.

4. (CESPE - 2019 - TJ-BA - CONCILIADOR)

No que se refere à Defensoria Pública, assinale a opção correta.

- (A) Aos defensores é assegurado o exercício da advocacia, desde que não seja contra o Estado.
- (B) Os servidores da Defensoria Pública são remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única.
- (C) A Defensoria Pública é instituição permanente para a defesa de todos e do Estado, em todos os graus de jurisdição.
- (D) Independência funcional, vitaliciedade e inamovibilidade são princípios institucionais da Defensoria Pública.
- (E) A proposta orçamentária das defensorias públicas estaduais é de iniciativa dos governadores de estado.

5. (CESGRANRIO - 2008 - TJ-RO - TÉCNICO JUDICIÁRIO - APOIO TÉCNICO)

O Ministério Público da União NÃO abrange o Ministério Público

- (A) Federal.
- (B) Eleitoral.
- (C) Militar.
- (D) do Trabalho.
- (E) do Distrito Federal.

6. (CESGRANRIO - 2008 - TJ-RO - OFICIAL DE JUSTIÇA)

Em relação ao Ministério Público estadual, é correto afirmar que

- (A) é permitido aos Promotores e Procuradores de Justiça exercer a advocacia privada, exceto nas causas em que o Ministério Público seja parte.
- (B) o Procurador-Geral de Justiça poderá nomear, excepcionalmente, e apenas nas comarcas onde não haja um representante do Ministério Público, um advogado para exercer as funções de Promotor de Justiça (promotor ad hoc).
- (C) os Promotores de Justiça não podem residir em outra comarca que não aquela da respectiva lotação.
- (D) os Promotores e Procuradores de Justiça podem candidatar-se a cargos políticos, devendo, para tanto, afastar-se temporariamente do cargo do Ministério Público, podendo retornar ao cargo após o término do mandato.
- (E) além dos princípios da unidade, da indivisibilidade e da independência funcional, assegurados expressamente pela Constituição Federal, o STF consagrou, através de sua jurisprudência, o princípio do Promotor Natural como um princípio institucional do Ministério Público.

7. (ESAF - 2016 - ANAC - ESPECIALISTA EM REGULAÇÃO DE AVIAÇÃO CIVIL)

Acerca das Funções Essenciais à Justiça, nos termos da Constituição Federal, assinale a opção correta.

- (A) Não está sujeita a nova arguição e aprovação pelo Senado Federal a recondução, ou reconduções, do Procurador-Geral da República.
- (B) A escolha do Advogado-Geral da União é de livre nomeação do Presidente da República, o qual deve ser integrante do quadro da Advocacia-Geral da União e ter seu nome submetido à aprovação do Senado Federal.
- (C) A unidade, a indivisibilidade, a independência funcional e a inamovibilidade são princípios institucionais da Defensoria Pública.
- (D) Cabe à Procuradoria-Geral da República a representação da União na execução da dívida ativa de natureza tributária.
- (E) Somente mediante prévia autorização por maioria absoluta do Senado Federal é que pode ocorrer a destituição do Procurador-Geral da República, por iniciativa do Presidente da República.

8. (ESAF - 2012 - PGFN - PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL)

Sobre a organização constitucional da Advocacia-Geral da União, é correto afirmar que

- (A) a Advocacia-Geral da União é a instituição que, diretamente ou através de órgão vinculado, representa a União extrajudicialmente, cabendo-lhe, nos termos da lei, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Legislativo.
- (B) na execução da dívida ativa de natureza tributária, a representação da União cabe à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, observado o disposto em lei.
- (C) a Advocacia-Geral da União tem por chefe o Advogado-Geral da União, de livre nomeação pelo Presidente da República, após aprovação pelo Senado Federal, dentre cidadãos maiores de trinta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada.
- (D) o ingresso nas classes iniciais das carreiras da Advocacia-Geral da União far-se-á, salvo no caso de reaproveitamento de advogados integrantes dos quadros funcionais de autarquias ou fundações extintas, mediante concurso público de provas ou de provas e títulos.
- (E) a Advocacia-Geral da União é a instituição que representa judicialmente a União perante o Supremo Tribunal Federal, salvo na matéria tributária onde esta representação cabe à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

9. (ESAF - 2006 - ANEEL - TÉCNICO ADMINISTRATIVO)

Assinale a opção correta.

- (A) O Presidente do Supremo Tribunal Federal é a autoridade hierárquica máxima do Judiciário e do Ministério Público da União.
- (B) A ação penal pública pode ser proposta, hoje, pelo Ministério Público e pela autoridade policial.
- (C) Somente o Ministério Público pode promover a ação civil pública.
- (D) Incumbe à Justiça do Trabalho processar e julgar toda ação movida por servidor público contra a União, em que se postulem verbas de índole remuneratória.
- (E) Entre as competências do Conselho Nacional de Justiça não se inclui a de rever decisões judiciais do Supremo Tribunal Federal.

CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE

CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE

1. (CESPE / CEBRASPE - 2022 - DPE-TO - DEFENSOR PÚBLICO SUBSTITUTO)

Considere que tenha sido ajuizada, em tribunal de justiça local, uma ação direta de inconstitucionalidade contra lei ou ato normativo editado por município, tendo como parâmetro de controle dispositivo da Constituição Federal de 1988 (CF). Nesse caso, de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), o controle abstrato de constitucionalidade

(A) deve ser exercido originariamente pelo STF, considerando-se que o parâmetro de controle são normas insertas na CF.

(B) não é cabível, pois o ato normativo municipal deve ser questionado no âmbito do controle difuso.

(C) pode ser exercido pelo tribunal de justiça, caso o parâmetro de controle invocado na ação seja norma de reprodução obrigatória na Constituição estadual.

(D) não deve ser admitido pelo tribunal de justiça, ainda que se trate de norma de reprodução obrigatória na Constituição estadual.

(E) pode ser exercido originariamente pelo STF, desde que se trate de norma de reprodução obrigatória.

2. (CESPE / CEBRASPE - 2022 - PC-RJ - DELEGADO DE POLÍCIA)

A respeito da figura denominada Estado de coisas inconstitucional, é correto afirmar que

(A) não se trata de medida reconhecida pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, que apenas admite o controle judicial de políticas públicas por meio de ações individuais ou coletivas, mas não controle por controle concentrado de constitucionalidade.

(B) encontra fundamento nos casos de inadimplemento reiterado de direitos fundamentais pelos poderes do Estado, sem que haja possibilidade de remédio para vias tradicionais, ocasião em que o tribunal assume o papel de coordenador de políticas públicas por meio da denominada tutela estruturante.

(C) é um dos mecanismos do sistema constitucional de crises, figurando ao lado do Estado de Defesa e do Estado de Sítio, que somente pode ser instaurado

após a convocação do Conselho da República, e permite a suspensão de certos direitos fundamentais, como o da liberdade de locomoção.

(D) é medida importada do Tribunal Constitucional da Colômbia, por meio do qual o Supremo Tribunal Federal declara a existência de uma violação massiva a direitos fundamentais, mas que se restringe a papel exclusivamente simbólico.

(E) a declaração do Estado de coisas inconstitucional é inviável em sede de controle concentrado de constitucionalidade, tendo-se em vista que, nesse modelo, somente se aprecia o conteúdo da lei em tese em face do parâmetro constitucional.

3. (CESPE / CEBRASPE - 2022 - PGE-RO - PROCURADOR DO ESTADO)

A ação direta de constitucionalidade é ação de controle de constitucionalidade

(A) abstrato que pode ser ajuizada perante o STF contra ato normativo estadual.

(B) difuso que pode ser ajuizada perante o STF contra ato normativo federal.

(C) concentrado cuja decisão definitiva de mérito perante o STF produz eficácia ex tunc, erga omnes e vinculante relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e ao Poder Executivo.

(D) incidental que pode ser ajuizada perante o STF pelo presidente da Ordem dos Advogados do Brasil.

(E) abstrato que pode ser ajuizada perante o STF por governador de estado, admitindo-se intervenção de terceiros no processo.

4. (CESPE / CEBRASPE - 2022 - PC-PB - DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL)

Se, em ação direta de inconstitucionalidade proposta perante o Supremo Tribunal Federal, for alegada a inconstitucionalidade de certa lei federal,

(A) a decisão definitiva de mérito vinculará o Poder Legislativo.

(B) o Poder Legislativo ficará impossibilitado de revogar a lei questionada.

(C) o Poder Legislativo ficará impossibilitado de reeditar o diploma julgado inconstitucional.

(D) a decisão definitiva de mérito vinculará parcialmente o Poder Judiciário.

(E) a decisão definitiva de mérito vinculará todos os níveis da administração pública.

5. (CESGRANRIO - 2015 - LIQUIGÁS - PROFISSIONAL JÚNIOR - ADMINISTRAÇÃO)

No Brasil, por influência norte-americana, houve a introdução de determinada forma de controle da constitucionalidade das leis, que permanece até hoje no texto constitucional.

Trata-se do denominado controle

- (A) judicial
- (B) normativo
- (C) político
- (D) contencioso
- (E) administrativo

6. (CESGRANRIO - 2015 - LIQUIGÁS - PROFISSIONAL JÚNIOR - DIREITO)

Um dos itens incluído no texto constitucional para realizar o princípio constitucional da duração razoável do processo foi o instituto da repercussão geral, em recurso extraordinário, que somente poderá ser recusado, no âmbito do STF, pela manifestação de(a)

- (A) um quarto de seus membros
- (B) um terço de seus membros
- (C) dois terços de seus membros
- (D) maioria simples de seus membros
- (E) maioria absoluta de seus membros

7. (CESGRANRIO - 2015 - PETROBRAS - ADVOGADO JÚNIOR)

Nos termos das regras aplicáveis ao recurso extraordinário, a repercussão geral deve ser examinada pelo

- (A) Órgão Especial do Tribunal
- (B) Superior Tribunal de Justiça
- (C) Supremo Tribunal Federal
- (D) Turma ou Colégio Recursal
- (E) tribunal de onde se originar o recurso

8. (CESGRANRIO - 2015 - PETROBRAS - PROFISSIONAL JÚNIOR - DIREITO)

O denominado controle incidental de constitucionalidade pode ser realizado por qualquer Juízo no sistema brasileiro.

Para que ocorra a intervenção do Supremo Tribunal Federal no tema, o meio adequado de veiculação do tema deve ser apresentado mediante

- (A) Embargos de Declaração
- (B) Embargos de Divergência
- (C) recurso especial
- (D) recurso extraordinário
- (E) recurso ordinário

9. (ESAF - 2015 - PGFN - PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL)

Sobre o sistema brasileiro de controle de constitucionalidade, assinale a opção incorreta.

- (A) A Constituição de 1934, mantendo o sistema de controle difuso, introduziu a ação direta de inconstitucionalidade interventiva, a cláusula de reserva de plenário e a atribuição ao Senado Federal de competência para suspender a execução, no todo ou em parte, de lei ou ato declarado inconstitucional por decisão definitiva.
- (B) A ruptura do chamado “monopólio da ação direta”, outorgado ao Procurador-Geral da República para o exercício de controle de constitucionalidade de leis no Brasil, ocorreu com a Constituição de 1946.
- (C) A partir da Constituição de 1891 consagrou-se, no direito brasileiro, a técnica do controle difuso de constitucionalidade, repressivo, posterior, pela via da exceção ou defesa, pela qual a declaração de inconstitucionalidade se implementa de modo incidental como prejudicial ao mérito.
- (D) A Constituição de 1824 não contemplava qualquer modalidade de controle de constitucionalidade das leis. Era outorgada ao Poder Legislativo, sob influência francesa, a atribuição de fazer leis, interpretá-las, suspendê-las e revogá-las, bem como velar pela guarda da Constituição.
- (E) A Constituição de 1937 vedou expressamente ao Poder Judiciário conhecer das questões exclusivamente políticas.

10. (ESAF - 2015 - PGFN - PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL)

O Congresso Nacional, por ambas as Casas, aprovou um projeto de lei, posteriormente sancionado, promulgado e publicado. Após entrar em vigor, inúmeras ações foram ajuizadas contra o ato normativo (lei), todas elas sob o argumento de que a lei acolhia evidente excesso de poder legislativo (excesso de poder no exercício da função legislativa, ou simplesmente, como doravante, “excesso de poder legislativo”), sendo incompatível com os fins constitucionalmente previstos. Tomando-se por base esse argumento, assinale a opção correta.

- (A) O argumento de excesso de poder legislativo não pode ser objeto de apreciação judicial.
- (B) O excesso de poder legislativo deve ser aferido por decisão do Supremo Tribunal Federal.

DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS

DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS

1.(FGV - INSPETOR DE POLÍCIA (PC RJ)/2022)

Em razão de uma calamidade de grandes proporções na natureza, o presidente da República consultou alguns ministérios para avaliar a possível decretação do estado de defesa nas áreas abrangidas, bem como o procedimento a ser observado.

Na situação descrita, o estado de defesa:

- (A) não pode ser decretado, já que a calamidade que o autoriza é a de natureza institucional e política, não a decorrente da ação da natureza;
- (B) pode ser decretado, após provocação do Conselho da República e do Conselho de Defesa Nacional, e prévia aquiescência do Congresso Nacional;
- (C) pode ser decretado, desde que ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, com posterior apreciação do decreto pelo Congresso Nacional;
- (D) pode ser decretado, mas pelo Congresso Nacional, a partir de provocação do presidente da República, após autorização do Conselho da República e do Conselho de Defesa Nacional;
- (E) pode ser decretado, desde que haja prévia aquiescência do Congresso Nacional, sendo facultativa a manifestação do Conselho da República e do Conselho de Defesa Nacional.

2.(CEBRASPE (CESPE) - DEFENSOR PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL/2022)

A respeito da defesa do Estado e das instituições democráticas e do estado de sítio, julgue o item a seguir.

Em caso de necessidade, por comoção grave de repercussão nacional, o presidente da República pode, desde que ouvido o Conselho de Defesa Nacional, solicitar ao Senado Federal autorização para decretar o estado de sítio no país.

- () CERTO
- () ERRADO

3.(FGV - OAB UNIFICADO - NACIONAL/2022/XXXIV EXAME)

A zona oeste do Estado Delta foi atingida por chuvas de grande intensidade por duas semanas, levando os especialistas a classificar tal situação como de calamidade de grandes proporções na natureza, em virtude dos estragos observados. O governador de Delta, ao decidir pela decretação do estado de defesa, convoca os procuradores do Estado para que estes se manifestem acerca da constitucionalidade da medida.

Os procuradores informam ao governador que, segundo o sistema jurídico-constitucional brasileiro, a decretação do estado de defesa

- (A) é um meio institucional adequado para o enfrentamento da crise, mas depende de prévia consulta à Assembleia Legislativa do Estado Delta.
- (B) pode ser promovida pelo governador do Estado Delta, caso o Presidente da República delegue tais poderes ao Chefe do Poder Executivo estadual.
- (C) não pode se concretizar, pois a ocorrência de calamidade de grandes proporções na natureza não configura hipótese justificadora da referida medida.
- (D) é competência indelegável do Presidente da República, não sendo constitucionalmente prevista sua extensão aos chefes do poder executivo estadual.

4.(AOC - ANALISTA EM PREVIDÊNCIA (IPE PREV)/ANALISTA DE SISTEMAS/2022 (E MAIS 3 CURSOS))

Em relação à defesa do Estado e das instituições democráticas, bem como quanto à ordem social, assinale a alternativa correta.

- (A) O tempo de duração do estado de defesa não será superior a trinta dias, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, se persistirem as razões que justificaram a sua decretação.
- (B) Na vigência do estado de defesa, é permitida a incomunicabilidade do preso.
- (C) Às polícias militares, vinculadas ao órgão administrador do sistema penal da unidade federativa a que pertencem, cabe a segurança dos estabelecimentos penais.

(D) O ensino religioso, de matrícula obrigatória, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino médio.

(E) Aos maiores de sessenta anos é garantida a gratuidade dos transportes coletivos urbanos.

5.(AOCP - ASSISTENTE EM PREVIDÊNCIA (IPE PREV)/2022)

No que concerne à defesa do Estado e das instituições democráticas, bem como quanto à ordem social, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

() No caso de declaração de estado de guerra, o Presidente da República pode solicitar ao Congresso Nacional autorização para decretar o estado de defesa.

() Na vigência do estado de defesa, a prisão ou detenção de qualquer pessoa não poderá ser superior a trinta dias, salvo quando autorizada pelo Poder Judiciário.

() A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

() A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social.

(A) F – F – V – V.

(B) F – V – V – F.

(C) V – V – F – F.

(D) V – F – F – V.

(E) V – F – V – V.

6.(SELECON - ANALISTA (PREF SÃO GONÇALO)/CONTABILIDADE/2022 (E MAIS 6 CONCURSOS))

Raj Kabir deseja seguir a carreira militar e estuda em curso preparatório com tal objetivo. Dentre as disciplinas exigidas, consta a de história das guerras no mundo ocidental. Ao aprofundar o seu conhecimento verifica que, no Brasil, de acordo com a Constituição Federal, havendo declaração de estado de guerra poderá o Presidente da República decretar:

(A) Estado de urgência

(B) Estado de defesa

(C) Estado de sítio

(D) Estado de perigo

7.(FUNDATEC - SOLDADO (BM RS)/NÍVEL III/2022)

No que concerne à defesa do Estado e das Instituições Democráticas, conforme previsão constitucional, assinale a alternativa correta.

(A) O Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, decretar estado de sítio para preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades de grandes proporções na natureza.

(B) O Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, solicitar ao Congresso Nacional autorização para decretar o estado de defesa, no caso de comoção grave de repercussão nacional ou ocorrência de fatos que comprovem a ineficácia de medida tomada durante o estado de defesa.

(C) Na vigência do estado de defesa, a prisão por crime contra o Estado, determinada pelo executor da medida, será por este comunicada imediatamente ao juiz competente, que a relaxará, se não for legal, facultado ao preso requerer exame de corpo de delito à autoridade policial.

(D) Decretado o estado de defesa ou sua prorrogação, o Presidente da República, dentro de vinte e quatro horas, submeterá o ato com a respectiva justificação ao Congresso Nacional, que decidirá por maioria de três quintos.

(E) O Presidente da República, ao solicitar autorização para decretar o estado de defesa ou sua prorrogação, relatará os motivos determinantes do pedido, devendo o Congresso Nacional decidir por maioria de três quintos.

8.(FGV - TÉCNICO DA FAZENDA ESTADUAL (SEFAZ AM)/2022)

O Presidente da República apresentou ao Senado Federal um projeto de Código Penal, isto em um momento em que o país se encontrava em estado de defesa, havendo grande turbulência política e social.

Considerando as dificuldades a serem enfrentadas e a necessidade da nova legislação, o Chefe do Poder Executivo requereu urgência na sua tramitação, sob pena de sobrestamento das demais deliberações legislativas caso descumpridos os prazos constitucionais.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que essa narrativa

ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA

ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA

1. (CESPE / CEBRASPE - 2022 - DPE-TO - DEFENSOR PÚBLICO SUBSTITUTO)

Uma contribuição de intervenção no domínio econômico

- (A) não pode incidir sobre receitas de importação de produtos estrangeiros.
- (B) não pode ter alíquota ad valorem.
- (C) não pode incidir sobre receitas de importação de serviços estrangeiros.
- (D) pode ter alíquota específica.
- (E) pode incidir sobre receitas decorrentes de exportação.

2. (CESPE / CEBRASPE - 2022 - PGE-RO - PROCURADOR DO ESTADO)

Lei estadual que vincule 60% do produto da arrecadação do imposto sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seu respectivo território para programas estaduais de recuperação de rodovias e de educação para o trânsito é

- (A) legal, por haver pertinência temática na vinculação.
- (B) inconstitucional, porque o estado não pode dispor de parte da receita pertencente a município.
- (C) inconstitucional, visto que o estado não pode dispor de parte da receita pertencente à União.
- (D) constitucional, pois compete a lei estadual dispor sobre a destinação de receitas pertencentes ao estado.
- (E) ilegal, uma vez que não há pertinência temática na vinculação.

3. (CESPE / CEBRASPE - 2022 - PGE-RO - PROCURADOR DO ESTADO)

A respeito dos valores e princípios que tutelam a ordem econômica, assinale a opção correta.

- (A) A valorização do trabalho humano exige que o Estado garanta emprego digno para todo trabalhador, de modo a efetivar os direitos sociais.
- (B) A livre iniciativa impede que o Estado restrinja o exercício lícito da atividade econômica.
- (C) A função social da propriedade refere-se à utilização racional no uso da propriedade privada, sob pena de expropriação.

(D) O princípio da defesa ao meio ambiente, ao preservar a diversidade ecológica, restringe o desenvolvimento econômico.

(E) A proteção à livre concorrência é garantida por um estrito arcabouço normativo que pauta como o mercado pode atuar.

4. (CESPE / CEBRASPE - 2022 - DPE-PA - DEFENSOR PÚBLICO)

No que concerne à interpretação das regras constitucionais e legais referentes ao imóvel rural, o STF entende que é impenhorável para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva

- (A) pequena propriedade rural familiar constituída de um único terreno com área total inferior a dois módulos fiscais do município de localização.
- (B) pequena propriedade rural familiar constituída de mais de um terreno, desde que contínuos e com área total inferior a quatro módulos fiscais do município de localização.
- (C) pequena ou média propriedade rural constituída de um único terreno com área total inferior a oito módulos fiscais do município de localização.
- (D) pequena ou média propriedade rural constituída de um ou mais terrenos, contínuos ou não, com área total inferior a dez módulos fiscais do município de localização.
- (E) qualquer propriedade rural com área total inferior a vinte módulos fiscais do município de localização, desde que seu proprietário não possua outra propriedade rural.

5. (CESGRANRIO - 2019 - UNIRIO - MÉDICO - CIRURGIA PLÁSTICA)

Em momento de reforma no sistema previdenciário nacional, entre as opções apresentadas, constam a que propõe majorar as alíquotas devidas pelos trabalhadores em geral e a que propõe aumentar a contribuição das empresas.

Nos termos da Constituição Federal, essa contribuição das empresas se dá por intermédio da contribuição social sobre o

- (A) lucro
- (B) serviço
- (C) rendimento
- (D) excedente
- (E) prejuízo

6. (CESGRANRIO - 2018 - PETROBRAS - TÉCNICO DE COMERCIALIZAÇÃO E LOGÍSTICA JÚNIOR)

O Sistema Tributário Nacional é regido por princípios constitucionais tributários que formam o corpo básico de sustentação das demais normas jurídicas de ordem tributária.

Nesse enfoque, a definição expressa de quais são os tributos que podem ser cobrados pela União, pelos estados e pelos municípios é sustentada pelo Princípio da

- (A) Legalidade
- (B) Competência Tributária
- (C) Irretroatividade Tributária
- (D) Isonomia Tributária
- (E) Capacidade Contributiva

7. (CESGRANRIO - 2018 - LIQUIGÁS - PROFISSIONAL JÚNIOR - AUDITORIA)

O Tribunal de Contas da União, nos termos da Constituição Federal, quando verificada ilegalidade para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, deve

- (A) instaurar sindicância
- (B) proceder à averiguação
- (C) conduzir coercitivamente
- (D) assinar prazo
- (E) sancionar pecuniariamente

8. (CESGRANRIO - 2018 - TRANSPETRO - ADVOGADO JÚNIOR)

Nos termos da Constituição Federal, a lei que instituir o plano plurianual estabelecerá as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada de forma

- (A) disjuntiva
- (B) regionalizada
- (C) separada
- (D) setorial
- (E) unificada

9. (ESAF - 2016 - ANAC - ESPECIALISTA EM REGULAÇÃO DE AVIAÇÃO CIVIL - CONHECIMENTOS BÁSICOS - ÁREAS 1, 2, 3, 4 E 5)

Considerando os princípios gerais da atividade econômica dispostos na Constituição Federal, é correto afirmar:

- (A) As empresas públicas poderão ter privilégios fiscais em relação às empresas do setor privado.
- (B) O aproveitamento de energia renovável de capacidade reduzida não depende de autorização ou concessão para aproveitamento.

(C) Na condição de agente regulador da atividade econômica, o Estado exercerá a função de planejamento de forma determinante para o setor privado.

(D) Integram a propriedade do solo, para efeito de aproveitamento, os recursos minerais.

(E) O particular que recebe autorização para pesquisa de recursos minerais poderá cedê-la, total ou parcialmente, desde que pelo mesmo prazo que a recebeu.

10. (ESAF - 2015 - ESAF - PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO)

Assinale a opção incorreta a respeito dos mecanismos constitucionais de repartição das receitas públicas.

(A) Os órgãos que contam com receitas vinculadas tendem a executar, com esses recursos, os gastos de menor importância na escala de prioridade do governo, no sentido de alocação de recursos adicionais necessários para o atendimento de despesas como pagamentos de pessoal e encargos sociais.

(B) Os normativos que instituem a vinculação de receitas colaboram muitas vezes para impor a realização de novas despesas de difícil compressão com a frustração dessas receitas, ampliando assim o gasto não discricionário do governo.

(C) O Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) e o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) estão estabelecidos na Constituição Federal, e são originados com base em percentuais da arrecadação líquida do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IR e do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, conforme as emendas constitucionais ou leis complementares sobre o assunto.

(D) A Constituição Federal e legislação vigente estabeleceu que o Tribunal de Contas da União - TCU faz o cálculo e revisão das quotas relativas aos fundos de participação e a comunicação ao Banco do Brasil, anualmente, após obter os dados oficiais da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

(E) O total dos recursos do FPE, com base nos percentuais do IR e do IPI, são rateados observando a seguinte regra: 85% são entregues às unidades estaduais das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste; e 15% para os estados das regiões Sul e Sudeste; e os recursos do FPM são distribuídos aos municípios com base em coeficientes que variam de 0,6, para os municípios que têm maior população, até 4,0, para os municípios que têm menor população.

ORDEM SOCIAL

ORDEM SOCIAL

1.(FCC - ASSISTENTE SOCIAL (TJ SC)/2021)

A disposição Ordem Social preconizada na Constituição Federal de 1988 tem como primazia o trabalho e como objetivo o bem-estar e a justiça social, harmonizados com a ordem econômica. Considere:

- I. Seguridade Social.
- II. Índios.
- III. Idosos.
- IV. Emprego.
- V. Segurança.

São temas da ordem social o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) II e V.
- (C) III e IV.
- (D) I, II e III.
- (E) III, IV e V.

2.(FGV - PERITO LEGISTA (PC RJ)/MEDICINA/2021 (E MAIS 3 CONCURSOS))

A União editou diploma normativo dispondo sobre o alicerce de sustentação e os objetivos gerais a serem alcançados com a implementação de uma série de direitos ofertados aos distintos segmentos da sociedade, a exemplo da seguridade social, da educação, da cultura e do desporto. De acordo com esse diploma normativo, o conjunto desses direitos (1) tem por base a preeminência do lazer e, por objetivos, (2) a plena realização da personalidade individual, que deveria ser analisada de modo separado da coletividade, e (3) a preservação da livre iniciativa e o aumento do lucro.

À luz da sistemática constitucional afeta à base e aos objetivos da ordem social, é correto afirmar que:

- (A) os conteúdos descritos em 1, 2 e 3 destoam da ordem constitucional;
- (B) os conteúdos descritos em 1, 2 e 3 estão em harmonia com a ordem constitucional;
- (C) apenas o conteúdo descrito em 3 está em harmonia com a ordem constitucional;

- (D) apenas os conteúdos descritos em 2 e 3 estão em harmonia com a ordem constitucional;
- (E) apenas os conteúdos descritos em 1 e 2 estão em harmonia com a ordem constitucional.

3.(QUADRIX - ANALISTA ADMINISTRATIVO (CRM AC)/2019)

Com base na CF, julgue o item quanto à ordem social.

A ordem social tem como base o primado do trabalho e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais.

- () CERTO
- () ERRADO

4.(VUNESP - PROCURADOR DO MUNICÍPIO (PREF SJRP)/2019)

De acordo com o que disciplina a Constituição Federal, a questão da Ordem Social tem como base e objetivo, respectivamente,

- (A) a defesa do consumidor e a preservação do meio ambiente.
- (B) a defesa da propriedade privada e a preservação de um meio ambiente sadio.
- (C) a propriedade privada e a defesa do consumidor.
- (D) o primado do trabalho e o bem-estar e a justiça sociais.
- (E) o primado do trabalho e a defesa do consumidor.

5.(FCC - ANALISTA JUDICIÁRIO (TJ MA)/ASSISTENTE SOCIAL/2019)

O capítulo da Ordem Social, da Constituição Federal de 1988, estabelece, no artigo 193: A ordem social tem como base o primado do trabalho, e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais. O conteúdo congrega e converge com alguns princípios previstos nas atuais orientações da profissão do Assistente Social. Desse modo,

- (A) essa Carta Constitucional indica um caminho para a instituição do Estado Social, cuja marca é a articulação entre o modelo econômico e o desenvolvimento social, além de reconhecer a necessidade de ampliação das atenções estatais na garantia do bem-estar.

(B) o primado do trabalho significa a sua valorização, reiterando que o acesso à renda só pode vir pela inserção no mercado de trabalho. O preceito da renda transferida já não encontra lugar na nação brasileira, impondo, assim, novas orientações no desenho das políticas sociais.

(C) a justiça social é um conceito apenas orientador e reconhecido em seu instituto legal, pois a sua garantia não é responsabilidade estatal. O texto constitucional impõe à sociedade o pleno encargo pela concretização dos direitos sociais.

(D) a concepção do primado do trabalho é orientadora para a legislação trabalhista e serviu de justificativa para a reforma realizada no ano de 2017, na medida em que indicava a necessidade de superar a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) instaurada em 1943. Além disso, serve para orientar a luta pela terra, pois o indicativo de primazia do trabalho supera o direito à propriedade.

(E) na relação dos preceitos constitucionais com o arcabouço normativo do serviço social há uma ruptura ideológica e política, pois a profissão se pauta exclusivamente pela orientação marxista e o conceito de justiça social compõe o ideário burguês.

6.(VUNESP - ADVOGADO (SAAE)/2018)

Em relação ao tema da Ordem Social e conforme disciplinado pela Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

(A) O Poder Executivo é primordial na preservação do meio ambiente, pois a efetividade do direito ambiental depende, em grande parte, do poder de polícia e do poder regulamentar da Administração.

(B) O amparo constitucional aos idosos é um dever da família, da sociedade e do Estado, os quais devem assegurar sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar por meio de programas de amparo que serão executados obrigatoriamente em seus lares.

(C) O princípio da gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais se aplica às instituições educacionais criadas por lei estadual ou municipal, que não sejam total ou parcialmente mantidas por recursos públicos.

(D) A destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas de serviços de saúde com fins lucrativos é permitida até o limite de 5% (cinco por cento) da dotação orçamentária prevista para a área de saúde.

(E) Compete ao Poder Público organizar a seguridade social, com base, entre outros, nos objetivos de universalidade da cobertura e do atendimento, e diferenciação dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.

7.(CONSULPLAN - ASSISTENTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO (CFESS)/2017)

Segundo a Constituição Federal de 1988, no Título VIII – Da Ordem Social; Capítulo I – Disposição Geral; no Caput do Art. 193; “a Ordem Social tem como base o _____ e como objetivo o _____”.

Assinale a alternativa que completa correta e sequencialmente a afirmativa anterior.

- (A) trabalho / primado da justiça social
- (B) primado do trabalho / bem-estar e a justiça social
- (C) bem-estar / primado do trabalho e a justiça social
- (D) bem-estar e a justiça social / primado do trabalho

8.(CONSULPLAN - TÉCNICO JUDICIÁRIO (TRE RJ)/ ADMINISTRATIVA/“SEM ESPECIALIDADE”/2017)

Conforme expressamente previsto no texto constitucional, a ordem social tem como base

- (A) a justiça social, e como objetivo o bem-estar e o primado do trabalho.
- (B) o bem-estar, e como objetivo o primado do trabalho e a justiça social.
- (C) o bem-estar e a justiça sociais, e como objetivo o primado do trabalho.
- (D) o primado do trabalho, e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais.

9.(CEBRASPE (CESPE) - AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO (TCE-PA)/ADMINISTRATIVA/SERVIÇO SOCIAL/2016)

Considerando a legislação específica e as disposições da Constituição Federal de 1988 (CF) relativas à seguridade social, julgue o próximo item.

Por ser uma sociedade instituída na divisão socio-técnica do trabalho, a ordem social, nos moldes previstos na CF, considera o trabalho um valor ético-constitucional e um direito e dever de todos, sendo a renda um produto do trabalho social.

- () CERTO
- () ERRADO

10.(FCC - ANALISTA (CNMP)/APOIO JURÍDICO/DIREITO/2015)

A atual Constituição Federal prevê diversos direitos aos portadores de necessidades especiais, EXCETO:

- (A) adaptação dos logradouros, edifícios de uso público e veículos de transporte coletivo atualmente existentes a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência.